

# EMPREENDER 2020



Regresso de uma  
geração preparada

**DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO ATUAL**

2017

# Regresso de uma geração preparada

**DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO ATUAL**

2017

# Ficha técnica

## Edição:

Fundação AEP

## Autoria:

Pedro Góis, José Carlos Marques e Filipa Pinho

## Coordenação Geral:

CH Academy - Gestão de Capital Humano, Lda  
Carlos Lacerda, Lurdes Morais, Raquel Ribeiro

## Design Gráfico:

CH Academy - Gestão de Capital Humano, Lda  
Francisco Horta e Vale

## Ano

2017



Promotor:



Parceiros:



Cofinanciado por:



# Conteúdo

<b>1.</b>	<b>Introdução</b>	<b>6</b>
<b>2.</b>	<b>Metodologia para a construção do Diagnóstico</b>	<b>12</b>
<b>3.</b>	<b>A emigração portuguesa - uma constante histórica</b>	<b>14</b>
<b>4.</b>	<b>Investigar o regresso: revisão da literatura</b>	<b>22</b>
4.1	Definir o regresso	23
4.2	O regresso nas teorias das migrações	24
4.3	O estudo (das intenções) do regresso	28
4.4	Regresso, desenvolvimento, empreendedorismo	30
4.5	Tipologias	31
4.6	Estudos anteriores sobre o regresso de emigrantes portugueses	33
<b>5.</b>	<b>Metodologia usada na recolha de informação quantitativa primária</b>	<b>38</b>
5.1	Definição do grupo alvo	38
5.2	Amostragem e estratégias de amostragem	38
5.3	O inquérito online	38
5.4	O questionário sobre o regresso	39
5.5	Mérito e limites do estudo	40
<b>6.</b>	<b>Análise dos resultados do inquérito</b>	<b>42</b>
6.1	Características demográficas	42
6.2	Espaços e tempos da (e)migração	44
6.3	Características socioprofissionais	48
6.4	As motivações para a saída de Portugal	51
6.5	As intenções de regresso	52
6.6	A integração no mercado de trabalho após regresso	58
6.7	Expectativas empreendedoras	61
6.8	Alguns apontamentos finais sobre o regresso e o empreendedorismo	68
<b>7.</b>	<b>Desafios futuros</b>	<b>73</b>
<b>8.</b>	<b>Referências bibliográficas</b>	<b>76</b>
<b>9.</b>	<b>Notas sobre os autores</b>	<b>82</b>
<b>10.</b>	<b>Anexo</b>	<b>84</b>

1.

# 1. Introdução

Emigrar é um desígnio nacional, já o afirmava Magalhães Godinho, em 1978: *“a emigração é uma constante estrutural da história portuguesa”* (Godinho, 1978). Joel Serrão, em 1970, recordava também *“que a emigração portuguesa teve início com a colonização da Madeira em 1425”* (Serrão, 1970).

Fontes oficiais do IAECF de maio de 1991, estimavam que residiam então fora de Portugal mais de quatro milhões de portugueses, representando cerca de 40% dos residentes em território nacional, pelo que, quer pelo seu volume, quer pelo impacto social e económico, representavam 4% do PIB ao longo da época de 80, constituindo um fenómeno marcante da sociedade portuguesa (Baganha, 1993).

Estes números são apenas um testemunho de uma história já antiga. Desde a colonização da Madeira, a emigração foi interiorizada nos modos de vida e na mentalidade dos portugueses, contribuiu para mudanças na sociedade e na economia do país e integrou experiências migratórias, laborais, educativas, linguísticas ou outras na matriz sociológica do país ao longo do tempo.

A emigração portuguesa apresenta diversos ciclos distintos entre si, tendo o primeiro ocorrido ao longo do século XIX, e prolongando-se até aos anos 30 do século XX, sobretudo para as Américas. Numa primeira fase dirigiu-se para os EUA e, sobretudo, para o Brasil. Cerca de dois milhões de portugueses emigraram então para esses países representando uma proporção muito elevada da população portuguesa da época.

O segundo ciclo inicia-se nos anos 50 e prolonga-se até à revolução de abril de 1974. Neste segundo ciclo, o número de emigrantes foi muito maior e mais concentrado no tempo, dirigindo-se predominantemente para alguns países da Europa, como França e Alemanha e, numa migração intra império colonial, para Angola, Moçambique e residualmente para as outras províncias ultramarinas.

O terceiro ciclo iniciou-se por volta de 1985, após um desacelerar das migrações internacionais imediatamente após o restaurar da democracia em 1974 e prolonga-se até à atualidade, sendo que, nos primeiros anos, os principais destinos da emigração eram a Suíça e Alemanha, bem como o Luxemburgo. Mais tarde espalhou-se por toda a Europa, reassumiu velhos destinos migratórios e descobriu novos países de emigração.

A emigração intercontinental diminuiu consideravelmente a partir dos anos 60. Contudo, devido à recessão nos países da Europa, nos últimos anos voltou a aumentar sobretudo para destinos como o Brasil, Angola e Moçambique e, mais residualmente, para os EUA, o Canadá ou a Austrália.

Ao longo de vinte anos (1953-1973) foram emitidos pelos países da então Comunidade Económica Europeia (CEE) várias autorizações de trabalho a estrangeiros, (oito milhões mais exatamente) oriundos da Europa do Sul, “periférica” com destino à Europa do norte “industrializada”, e carente em mão-de-obra devido à II Guerra Mundial. Foi dada oportunidade a milhões de trabalhadores e suas famílias de emigrarem, uma oportunidade que foi aproveitada por milhares de portugueses que se dirigiram a estes países no âmbito de programas de *gastarbeiter* ou trabalhadores-convidados.

Não havendo estatísticas fiáveis, estima-se que, entre 1950 e 1974, mais de um milhão e oitocentos mil portugueses tenha emigrado para os destinos tradicionais, isto é, França, Alemanha, Luxemburgo e Suíça, mas também para o Brasil, EUA e Canadá (Baganha, 1994).

A crise petrolífera de 1973-1974 e a recessão económica que se fez sentir subsequentemente, bem como a redução das necessidades de mão-de-obra imposta pelos países de destino, levaram a que esses fluxos de emigração fossem muito reduzidos, e os portugueses tiveram então, também eles, de procurar outros destinos migratórios.

A convicção de que as dificuldades económicas poderiam ser minoradas, ou mesmo ultrapassadas pela emigração, criou a percepção social de que esta seria uma alternativa válida em certas fases da vida, criando-se “o perfil” de quem emigrava. Normalmente, tratava-se de jovens adultos do sexo masculino, oriundos de um contexto rural e sem quaisquer habilitações específicas, independentemente da região de origem e de destino. Estes eram maioritariamente analfabetos e sem qualquer qualificação. A saída destes indivíduos, sobretudo do sexo masculino, veio modificar a estrutura demográfica portuguesa, que passou a contar com uma proporção excecionalmente alta de mulheres.

A motivação para a emigração levou uma parte considerável de portugueses a procurar, fora do País, meios de subsistência. O atraso no processo de modernização da economia portuguesa, as dificuldades na obtenção de emprego, os baixos salários nos sectores de atividade tradicionais (e.g. agricultura), a pobreza de largas camadas da população, os reduzidos níveis de qualificação do trabalho, as dificuldades de mobilidade social e profissional, a debilidade das infraestruturas, foram fatores que impulsionaram a emigração.

Para além dos fatores acima expostos, funcionaram, neste caso, como fatores de atração: o tipo de atividades oferecidas pelas redes migratórias, as condições oferecidas pelo mercado de trabalho recetor. A informação que circulava por via nomeadamente de outros emigrantes que já se encontravam nos países de destino e que conheciam e partilhavam as oportunidades de trabalho existentes, contribuíam para diminuir os receios relacionados com os riscos da emigração, e facilitavam a integração dos novos emigrantes nesses mesmos países.

A emigração portuguesa - que até aos anos 80 foi inferior a 20.000 saídas anuais, aumentou nos anos de 1990 para cerca de 40.000, e não obstante algumas oscilações, manteve-se sempre acima dos 20.000 até ao final do século XX. Países como a França, a Suíça e a Alemanha registavam entradas anuais superiores, respetivamente, a 5.000 e 10.000.

A Alemanha, devido à reunificação, teve um aumento substancial de emigração a partir dos anos noventa do século passado, nomeadamente de trabalhadores ligados à construção civil. Também os EUA e o Canadá foram destinos de cerca de 1.000 emigrantes por ano, no início da década de 1990.

Outros destinos migratórios preferidos pelos portugueses em meados dos anos noventa foram a Espanha e o Reino Unido, com um volume de entradas de respetivamente 1.000 e 4.000 por ano. Em Espanha, este número triplicou já no início do século XXI, aumentando para cerca de 15.000, tendo também aumentado para 12.000 para o Reino Unido e 10.000 para Angola. A estes números devem acrescentar-se os emigrantes temporários no quadro de uma maior circulação entre origem e destino.

Na última década observou-se uma intensificação da emigração portuguesa, em resultado da combinação de diversos fatores, de entre os quais destacamos o fraco crescimento económico após 2000, o aumento do desemprego e a imposição de políticas de austeridade. Em 2015, Portugal era o 27.º país do mundo com mais emigrantes e o segundo país da UE com mais emigrantes em percentagem da população (23%), ou o primeiro, se considerados apenas os países com mais de um milhão de habitantes” (Pires e outros, 2016: 37).

Atualmente, o número de saídas anuais estabilizou em torno de 110 mil (Pires e outros, 2016) e mantém-se um volume de emigração só comparável, em ordem de grandeza, com o que se verificou nos anos 1960 e 1970 na última vaga massiva de emigração.

A nova emigração segue a tendência do que se verificava naquele período (1960-1973), dirigindo-se maioritariamente para destinos europeus geograficamente próximos. Segundo as Nações Unidas, a percentagem de emigrantes portugueses a viver na Europa seria de 62% em 2015 por referência à emigração portuguesa total.

Tendo por base a informação mais recente recolhida pelo Observatório da Emigração, podemos verificar que o Reino Unido lidera o conjunto dos principais destinos dos fluxos de emigração atual, com cerca de 30.500 entradas em 2016. Segue-se a França (18 mil em 2013), a Suíça (12 mil em 2015), a Alemanha (9 mil em 2015) e o Luxemburgo (cerca de 3.500 em 2015). Fora da Europa, Angola foi o destino para cerca de 6.000 portugueses (em 2015), Moçambique para cerca de 4.000 (em 2014) e o Brasil para cerca de 1.000 (em 2015).

As tendências atuais revelam, segundo o Observatório da Emigração, um crescimento continuado da emigração para o Reino Unido, uma retoma do crescimento da emigração para Espanha (após uma descida a seguir a 2008, esta cresce 12%, tal como tinha acontecido no ano anterior) e um crescimento da emigração para Angola em 2015, com mais 30% de entradas do que em 2014 (Pires e outros, 2016).

No que respeita ao stock de emigrantes portugueses residentes nos principais países da emigração nova ou mais tradicional, França surge no topo da lista; aí residiam cerca de 607 mil indivíduos nascidos em Portugal em 2013. Outros países europeus em que residem mais de 100 mil portugueses são a Suíça (217 mil em 2015), o Reino Unido (140 mil em 2015), a Alemanha (110 mil em 2015) e Espanha (100 mil em 2016). Fora da Europa, EUA, Canadá e Brasil, com respetivamente 177 mil em 2014, 140 mil em 2011 e 137 mil em 2010, são os principais países de emigração. Neste caso, porém, os números devem-se mais à emigração do passado do que aos novos fluxos migratórios.

Relativamente à proporção de portugueses entre os estrangeiros residentes nos países da emigração, destaca-se claramente o Luxemburgo, onde 30% da população estrangeira era portuguesa (em 2011) e representava 12% do total da população do país. Vale a pena assinalar, ainda, que os portugueses constituem a segunda população estrangeira mais numerosa entre a imigração na Suíça e a terceira maior população imigrante em França (Pires e outros, 2016) numa significativa demonstração da importância das comunidades portuguesas nesses países.

Análises mais finas de caracterização dos portugueses emigrados em termos de perfis de qualificação, idade e outros indicadores ainda não se conseguem fazer para a globalidade da população, porque apenas existem dados comparáveis para o conjunto dos países da OCDE. Nos anos mais recentes, foram feitos alguns estudos parcelares que permitem traçar o perfil sociodemográfico das amostras obtidas ou dos casos sobre os quais incidiram, ainda que sem possibilidade de generalização. Estes não possuem, no entanto, a profundidade requerida para uma caracterização total desta população.

No que respeita aos perfis de qualificação em portugueses emigrados nos países da OCDE e com base nos dados disponíveis nos censos de 2000/01 e 2010/11 analisados pelo Observatório da Emigração, é possível afirmar que globalmente se trata (ainda) de uma população com baixos níveis de qualificação. Isto embora haja diferenças por país e comecem a surgir alterações devido aos recentes fluxos migratórios de uma população genericamente mais escolarizada em comparação com vagas migratórias anteriores (Pires e outros, 2016).

Assim, entre os portugueses com 15 e mais anos emigrados em 2010/11 nos países da OCDE, 61,2% detinha qualificações escolares de nível básico. Esta proporção decaiu relativamente a 2000/01 (67%), embora em termos absolutos tenha aumentado relativamente a 2000/01 (6%). O peso dos que detinham o ensino secundário era de

27,5%, uma subida de 37,1% relativamente a 2000/01 (23,4%). O grupo que mais subiu proporcionalmente foi o dos que detinha habilitações superiores, pois passam de 6% para 11%, portanto uma subida de 87,5% (Pires e outros, 2016).

A explicação para esta subida de licenciados entre os portugueses emigrados, que se reporta ao conjunto dos que residem nos países da OCDE e apenas ao período entre 2000/01 e 2010/11, surge associada ao aumento global da escolarização da população portuguesa. De acordo com o relatório estatístico de 2014, a taxa de qualificação da população residente em Portugal subiu no mesmo período assinalado, de 8%, passou para 14% em 2011 (Pires e outros, 2014). Deste modo, “o aumento da qualificação daquela população emigrada é pois mais um resultado do aumento da qualificação portuguesa do que de uma maior incidência da emigração nos setores qualificados. Por isso, a taxa de emigração entre os qualificados praticamente não se alterou durante o período em análise” (Pires e outros, 2014: 71). Dito de outro modo, não estamos perante uma fuga de cérebros ou um *brain drain* mas perante uma adaptação do fluxo emigratório à realidade da sociedade portuguesa que, toda ela, se escolarizou e progrediu no que concerne às habilitações escolares da sua população. A saída de recursos humanos qualificados, longe de corresponder a uma fuga de cérebros (como foi apelidada por Machado *et al.* 2015), é uma adaptação da força de trabalho nacional, mais escolarizada, a um mercado de trabalho nacional onde essas qualificações escolares não encontram uma imediata aplicação.

De uma forma geral o estudo de Pires e colegas (2010) incidiu sobre as expectativas de retorno dos migrantes, o papel da integração na sociedade de destino para a decisão/predisposição de regresso, o desenvolvimento de diferentes formas de mobilidade entre países de origem e de destino e o potencial dos migrantes (regressados efetivos ou potenciais) para a promoção do desenvolvimento regional das áreas de origem dos migrantes designadamente no que se refere à sua capacidade e vontade empreendedora. Recorremos a conceitos como os de ‘orientação para o regresso’ ou ‘expectativa de regresso’ que parecem ser teoricamente frutíferos por não excluïrem, nem tornarem incompatível, a permanência, dado que, mesmo quando o regresso não chega a realizar-se, a predisposição para retornar ao seu país de origem desempenha funções económicas, culturais e psicológicas que não devem ser descuradas. O regresso não tem que ser necessariamente físico, mas os vínculos existentes não podem ser quebrados sem que ocorra uma perda potencial de difícil mensuração (demográfica, económica, de capital humano, etc.).

Com a suavização da crise após 2014-2015, o retorno ao crescimento e as novas crises na Europa (*Brexit*, movimentos anti-imigração em vários países da Europa, etc.), existe a expectativa de um aumento dos movimentos de regresso a Portugal. Estes regressos poderão contribuir para o desenvolvimento demográfico e económico do país, devido aos investimentos que poderão ser feitos e, também, à transferência de conhecimento acumulado durante o processo de residência no estrangeiro (i. é, para um *brain gain*).

O conhecimento empírico disponível demonstra que entre 20% e 50% de imigrantes deixam o país em que residem cinco anos após chegarem, seja para retornar a casa ou para emigrar para um outro país, sendo a variação do país de destino e do período de tempo de permanência responsáveis pela variação daquela percentagem (OCDE, 2008: 163). De acordo com a mesma fonte, nos países da OCDE, o Canadá, os Estados Unidos da América e a Nova Zelândia são países melhor sucedidos do que os europeus a reter imigrantes, ou seja, com uma maior taxa de retenção de imigrantes no longo prazo. Também é preciso não esquecer que a União Europeia (UE) tem instituída a liberdade de circulação de pessoas, um mercado de trabalho comum e disparidades de condições laborais que funcionam como atractores de mão-de-obra dos países mais periféricos para os países centrais o que exige dos países periféricos da Europa, como Portugal, um esforço na retenção das suas populações imigrantes e de uma parte dos cidadãos nacionais que pretendem emigrar.

Sabendo-se que a emigração portuguesa teve um forte impulso de saída nos primeiros anos da segunda década dos anos 2000 é agora o tempo certo para retomar estudos sobre o regresso de emigrantes, replicando os que se realizaram nos anos 1980 para estudar os regressos da “velha” emigração portuguesa para a Europa, mas, também, para implementar iniciativas estratégicas de recuperação destes emigrantes. São várias as oportunidades e desafios que se apresentam à sociedade portuguesa na sua relação com a emigração e o retorno de emigrantes portugueses. Num primeiro e prioritário nível, por uma questão de sustentabilidade demográfica. Sem que haja regressos de emigrantes portugueses recentes, em idade ativa ou de novos imigrantes de países terceiros ou ainda um aumento incremental da natalidade, Portugal acentuará a perda demográfica, social e económica que tem progressivamente vindo a sentir nos últimos anos (Peixoto *et al.* 2017). Destes três fatores, os menos difíceis parecem ser sucessivamente: o retorno de emigrantes recentes; o aumento da imigração jovem e o aumento da natalidade (sendo que este último está em estreita relação com os dois primeiros).

Em termos económicos, o regresso de emigrantes ativos poderia desempenhar um papel importante na recuperação da economia portuguesa por via do aumento de produtividade potencial ou do incremento do investimento produtivo. Confirmando-se uma componente importante de qualificados entre os emigrantes portugueses (mais recentes), os seus recursos intangíveis poderiam trazer inovação, e os recursos tangíveis como capital financeiro poderiam significar investimentos importantes no país. Sem fazer uma captação deste potencial, pode acontecer que os emigrantes invistam nos países onde estão a residir, o que colocará o regresso num horizonte muito mais distante e significará uma perda de investimento para o país. Transformar a diáspora numa rede internacional que apoie a internacionalização da economia deverá, por isso, ser uma prioridade. Os emigrantes portugueses são embaixadores importantes que devem ser “aproveitados” pelas empresas.

Ao estudar os regressos, assumimos que tanto as intenções de regresso como o regresso real constituem uma componente inseparável de qualquer movimento de migração (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016). Ao inquirirmos a população residente no estrangeiro, emigrados que ainda não regressaram, situamo-nos no campo das intenções ou das expectativas de regresso, e assumimos que as intenções são o que precede o processo de tomada de decisão, independentemente da eventual ação de variáveis externas que tornam real o regresso potencial.

2.

## 2. Metodologia para a construção do Diagnóstico

Segundo René Descartes “o método é o caminho que se deve seguir para alcançar a verdade nas ciências”, ou seja, é o processo racional que é preciso percorrer para se aceder ao estatuto da ciência. A metodologia, por seu turno, é a ciência dos métodos, que elabora os conceitos básicos e os instrumentos racionais a utilizar de modo a alcançar o objetivo definido. Em qualquer trabalho analítico o método é essencial para fugir de preconceitos e alcançar um conjunto de dados e de análises que estructurem de forma racional o pensamento sobre o objeto estudado.

De acordo com o caderno de encargos do projeto, o diagnóstico realizado foi alicerçado numa metodologia de levantamento e recolha planeada e sistematizada de informação, assente na construção de dados primários, compilação, sistematização, análise e tratamento e interpretação dos dados. A informação recolhida teve por base fontes de informação primárias e secundárias, nomeadamente, através: i) da pesquisa de estudos e artigos relacionados com o tema de emigração/empreendedorismo; ii) da pesquisa de informação estatística designadamente de dados provenientes do Banco Mundial, OCDE, Eurostat, INE ou DGCP, Observatório da Emigração, entre outras instituições relevantes; iii) da elaboração de um inquérito *online*, divulgado e apoiado por vários canais internacionais, nomeadamente redes sociais, movimento associativo, bases de dados internacionais, serviços consulares, entre outros; iv) da realização de entrevistas exploratórias semiestruturadas a personalidades políticas, económicas e sociais responsáveis por promover o estímulo ao empreendedorismo, assim como com representantes do tecido empresarial português; v) da realização de grupos focais com diversas entidades do ecossistema, organizados nas regiões de convergência Norte, Centro e Alentejo e ainda com os jovens emigrados em várias cidades europeias (Reino Unido, França, Bélgica e Alemanha).

3.

### 3. A emigração portuguesa – uma constante histórica

Os movimentos migratórios portugueses tornaram-se, a partir do início do século XV, uma constante da história nacional. Durante o período dos descobrimentos a saída de portugueses seguiu a geografia dos territórios que foram sendo descobertos. Ao longo do tempo, eles compreendem diferentes fluxos, ou correntes, sujeitos aos contextos internacionais e internos que determinaram não só os quantitativos migratórios, mas também os destinos dos diferentes movimentos de saída populacional.

O primeiro momento em que se assistiu à saída massiva de portugueses registou-se no final do século XIX e inícios do século XX, quando o país começou a integrar-se nos grandes movimentos populacionais que se dirigiam do Velho para o Novo Mundo. Durante este primeiro ciclo migratório, que, com algumas interrupções, se prolongou até ao início dos anos 60, a emigração portuguesa era quase sempre sinónimo de emigração para o Brasil (Serrão, 1982: 41). Este país absorveu, até 1949, aproximadamente 80% dos emigrantes portugueses e, no decénio seguinte, ainda 68% dos que saíam do país faziam-no com destino a terras de Vera Cruz. Outro destino da emigração portuguesa durante esta fase transatlântica foram os Estados Unidos que, até à primeira Guerra Mundial, receberam 18% dos que desejavam ou tinham necessidade de procurar fora do país as condições de subsistência que não conseguiam encontrar no seu interior (Baganha, 1995). As características demográficas e socioeconómicas daqueles que saíram do país neste período podem sintetizar-se da seguinte forma: trata-se de emigrantes predominantemente masculinos, com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, provenientes sobretudo do sector agrícola, maioritariamente analfabetos e em grande parte originários das províncias do Minho, Beira Alta e Trás-Os-Montes, assim como dos Açores e da Madeira (Baganha, 1994: 961; Serrão, 1982: 123-132). Esta primeira vaga emigratória foi interrompida pelo deflagrar da primeira Guerra Mundial, durante a qual os quantitativos de saída registaram uma redução significativa. Após o primeiro conflito à escala mundial, o movimento emigratório português recuperou lentamente, sofrendo, contudo, uma nova interrupção motivada pela recessão económica de 1929/30 e pelas subsequentes medidas anti imigratórias impostas pelos destinos tradicionais da emigração portuguesa (Baganha, 1995) que o deflagrar da Segunda Guerra Mundial veio prolongar.

Findo o segundo conflito armado, assistiu-se ao restabelecimento do movimento emigratório português para o Brasil que, até 1952, registou um progressivo aumento, em valores absolutos e relativos. Neste ano, 87,6% do total de emigrantes dirigiram-se para este país, enquanto os destinos europeus absorveram somente 1,8% dos que saíram do país (Baganha, 1995). Depois de 1952 o Brasil perde progressivamente o seu poder atrativo, continuando, contudo, a ser o principal país de destino até 1962.

Em 1963, ocorreu uma alteração nos principais destinos emigratórios portugueses, iniciandose o período que Joel Serrão, dada a predominância que a emigração para França assume neste período, denomina como o “ciclo francês” (citado em Ferreira, 1976: 105). A Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial e a atravessar um período de expansão económica, necessitava de força de trabalho pouco qualificada para preencher as vagas nos sectores de trabalho secundário. Portugal, só a partir da década de 60 começa a registar uma participação significativa neste processo de transferência internacional de mão-de-obra para os países industrializados da Europa. Embora tendo chegado tarde à corrente migratória intraeuropeia, tal não impediu que o movimento emigratório português registasse, neste período, valores nunca antes atingidos. Entre 1962 e 1973, saíram de Portugal com destino aos ou-

tros países europeus cerca de um milhão de pessoas, a uma média anual de 85.523 saídas. Os principais destinos destes emigrantes foram, como referido acima, a França e a Alemanha que absorveram, respetivamente, 81,7% e 16,6% dos portugueses que se dirigiram para a Europa (Baganha, 1994).

Dados os condicionalismos existentes à saída do território nacional, a emigração clandestina assumiu, durante este período, uma intensidade particular. Estima-se que, na década de 60, os clandestinos representassem cerca de um terço do fluxo migratório total e, entre 1969 e 1972, eles foram mesmo superiores aos emigrantes legais (dados retirados de Baganha, 1994: 974). A importância deste fluxo clandestino, assim como a escassez de dados qualitativos a seu respeito, torna difícil a correta caracterização da corrente migratória durante este período. A partir da informação relativa à emigração legal pode afirmar-se que os emigrantes que se dirigiram para a Europa, não diferiam, em termos demográficos, significativamente daqueles que saíram do país no final do século XIX e inícios do século XX. Com base somente na emigração oficial observa-se que continuou a predominância masculina (a componente feminina regista, porém, uma participação maior do que no período anterior e atinge mesmo os 50% em 1967) e que foram, sobretudo, os jovens profissionalmente ativos que saíram em busca de melhores condições de vida.

A par desta corrente migratória intraeuropeia, permaneceu, durante os anos 60 e 70 do século passado, uma outra corrente que teve como destinos privilegiados o Canadá, os Estados Unidos e o Brasil. As suas características são, no entanto, bastante específicas (sobretudo as características do fluxo que se dirigiu para os Estados Unidos e o Canadá), uma vez que esta teve origem, sobretudo, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Entre 1965 e 1978, 61% dos emigrantes legais para o Canadá e 56% dos que se dirigiram para os Estados Unidos eram originários destas ilhas, principalmente dos distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo (Guerreiro, 1981: 42) que, deste modo, mantiveram, após o retomar dos movimentos migratórios, a sua migração transoceânica. O distrito do Funchal também apresentou quantitativos de saída elevados, especialmente na década de 50, cujo destino, ao contrário dos outros distritos insulares, foi, sobretudo, a Venezuela (70% dos que emigraram deste distrito entre 1965 e 1978 foram para este país, o que representa 57,1% do total de emigrantes portugueses que se dirigiram para a Venezuela).

### *A emigração portuguesa nas últimas décadas*

A crise económica dos anos 70 conduziu à redução da procura de mão-de-obra por parte dos países industrializados da Europa e à implementação de políticas de imigração restritivas destinadas a diminuir a entrada de estrangeiros e a promover o regresso daqueles que já residiam no interior das suas fronteiras. Portugal presenciava, deste modo, o encerramento dos seus principais destinos de emigração dos anos 60 e inícios dos anos 70.

A partir de meados dos anos 80 do século passado, diversos estudos mostram uma retoma na emigração portuguesa (Baganha e Peixoto, 1997; Peixoto, 1993), com uma média anual de saídas de, aproximadamente, 33.000 indivíduos, entre 1985 e 1991. Os dados disponíveis sobre estes fluxos indicam que os países europeus continuaram a ser os principais destinos da emigração nacional, tendo-se, contudo, verificado uma importante alteração na relevância dos diferentes destinos emigratórios, assumindo-se a Suíça como principal país de atração<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Entre 1985 e 1991, a Suíça recebeu cerca de 59% dos emigrantes portugueses que se dirigiram para a Europa (cálculos baseados em Baganha e Peixoto, 1997). Para além deste fluxo emigratório para a Europa há ainda a registar, durante a década de 80, um aumento das entradas de portugueses no Canadá e nos Estados Unidos. O fluxo para o conjunto destes dois países terá representado, em média, cerca de 30% do total das saídas portuguesas (Peixoto, 1993: 47).

O aumento da mobilidade externa dos portugueses e a alteração na posição relativa dos países de acolhimento europeus pode ser observado através da análise da evolução do *stock* da população de nacionalidade portuguesa a residir noutro país europeu (Tabela 1.1). Os dados apresentados confirmam que, a partir de 1985, assiste-se ao aumento contínuo dos portugueses residentes em diferentes países europeus, facto que, certamente, não se fica a dever somente ao crescimento natural das comunidades aí residentes, mas, sobretudo, à ação de novos movimentos migratórios.

Tabela 1.1 - População portuguesa residente em alguns países europeus, 1981-2015<sup>2,3</sup>

	1981	1985	1990/1	1995	2000/1	2005	2010	2012	2015
Andorra	1.304	1.731	3.951	6.885	6.748	11.294	13.100	11.229	10.300
Alemanha <sup>1 e 3</sup>	109.417	77.000	92.991	125.100	133.726	115.606	113.208	120.560	133.929
Bélgica <sup>1</sup>	10.482	9.500	16.538	23.900	25.600	27.373	33.084	36.082	44.166
Espanha <sup>1 e 4</sup>	24.094	23.300	33.268	37.000	42.000	66.236	142.520	138.682	98.751
Luxemburgo <sup>2</sup>	28.069	-	39.100	51.500	58.450	67.800	79.800	85.300	96.800
Reino Unido <sup>1</sup>	-	-	-	30.000	58.000	73.000	102.000	111.000	219.000
Suíça <sup>5</sup>	16.587	30.851	85.649	134.827	134.675	180.765	212.586	237.945	267.474
Total	189.953	142.382	271.497	409.212	459.173	542.074	696.298	740.798	870.420

Fontes: <sup>1</sup>SOPEMI, diversos anos; <sup>2</sup> Service Central de la Statistique et des Études Économiques (STATEC); <sup>3</sup>Statistische Bundesamt Deutschland, Foreign Population. Results of the Central Register of Foreigners, 2006 e 2012; <sup>4</sup> Instituto Nacional de Estatística. Series anuales Padrón Municipal de habitantes; <sup>5</sup>Bundesamt für Migration, Ausländer- und Asylstatistik, 2009/2. Os dados de 2010, 2012 e 2015 foram retirados do site do Observatório da Emigração (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>)

Num contexto de análise demográfica de longo prazo, é significativo que, na maioria dos países, a população permanente portuguesa tenha mais do que duplicado entre 1985 e 2015. Considerando a totalidade do período considerado, os casos da Suíça, Andorra, Espanha ou Reino Unido são particularmente elucidativos da criação e consolidação de novos destinos migratórios e da reativação de destinos de fluxos emigratórios de décadas anteriores. Nestes países, a presença de portugueses passou, num espaço de tempo relativamente curto, de numericamente pouco expressiva a uma das comunidades nacionais mais significativas. Como referem Marques (2008) e Malheiros (2010), o aumento da emigração portuguesa neste período fica a dever-se quer à intensificação das saídas para países que tinham estado à margem dos destinos preferenciais dos portugueses durante as décadas precedentes (como o Reino Unido ou a Espanha), quer à reanimação de destinos tradicionais (os casos da Suíça ou do Luxemburgo).

2 Dada a irregularidade de publicação dos dados sobre os estrangeiros em França, não é possível apresentar uma série cronológica de dados para todos os anos usados na tabela. Os dados disponíveis indicam, contudo, que também neste país a população portuguesa aumentou entre 2005 e 2016, passando de 491.981, em 2005 para 553.923 (Fonte: base de dados do Eurostat consultada em Setembro de 2017).

3 Até 2015, e durante mais de uma década, não estiveram disponíveis dados sobre a entrada em França de estrangeiros de países da União Europeia. Em 2015, porém, o Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE) divulgou dados que mostravam que, em 2012, entraram pouco mais de 18.000 portugueses em França. Os dados publicados pelo Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE) são médias quinquenais. Ou seja, o valor das entradas em 2013 é, na realidade, a média dos valores apurados, por amostragem, para os anos 2011 a 2015.

Em conjunto, os dados apresentados ilustram, simultaneamente, a relevância da inserção de Portugal no sistema migratório da Europa ocidental (Góis e Marques, 2009, Marques e Góis, 2013) e a variedade dos destinos que emergem e se desenvolvem em diferentes quadros nacionais e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução de estruturas de oportunidade específicas e/ou pelo do surgimento de estruturas migratórias alternativas (Marques, 2008 e 2009) (Marques, 2008b e 2009). Dito de outro modo, a diversificação dos destinos da emigração nacional no espaço europeu permite ampliar as possibilidades de ativação de diferentes respostas migratórias em função do conjunto de oportunidades que se desenvolvem nos diferentes países, e/ou de eventuais dificuldades de integração no mercado de trabalho que emergem em determinado destino migratório.

Acresce que, como referido noutra local (Marques e Góis, 2012), e sobretudo a partir de 2005, os destinos migratórios portugueses complementam a descrita participação no sistema migratório europeu com a intensificação da participação, enquanto país emissor, no designado sistema migratório lusófono (Góis e Marques, 2009). Isto é, num sistema migratório assente na herança de um império colonial e na partilha de um conjunto de características culturais comuns (sendo a mais evidente a língua), que se vai configurando e reconfigurando “através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, remessas, etc. e que é sustentado por redes densas informais e formais de contactos, relações e acordos” (Baganha, 2009: 10). Os casos de Angola e do Brasil ilustram, de forma clara, a intensificação do desenvolvimento de novos destinos para a emigração portuguesa.

Em síntese, a emigração portuguesa no novo milénio dirige-se para destinos consolidados e para novos ou renovados destinos, mostrando que a participação do país em vários sistemas migratórios permite compensar a eventual redução de ofertas de trabalho em determinado destino e responder à crescente pressão emigratória nacional. A emigração portuguesa torna-se, deste modo, territorialmente mais diversificada, o que contribui para a complexificação da sua análise.

### *E sobre regressos, o que sabemos?*

O censo de 2011 permite-nos compreender estatisticamente que os regressados fazem parte da população portuguesa total representando quase 20% do total da população. A emigração tem um contraponto no regresso que se expressa nas estatísticas do total da população. Ou, dito de outro modo, que 1 em cada 5 portugueses teve já uma (ou mais) experiência de residir num país estrangeiro, mas regressou a Portugal. Para os que têm naturalidade portuguesa 1.040.696 residiram fora e 8.649.699 nunca residiram fora. A estes somam-se os 798.573 de naturais do estrangeiro que agora residem em Portugal (imigrantes + descendentes de portugueses nascidos no estrangeiro).

**Tabela 1.2** - População total residente em Portugal em 2011 (com explicitação do total de residentes com experiências de residências prévias no estrangeiro)

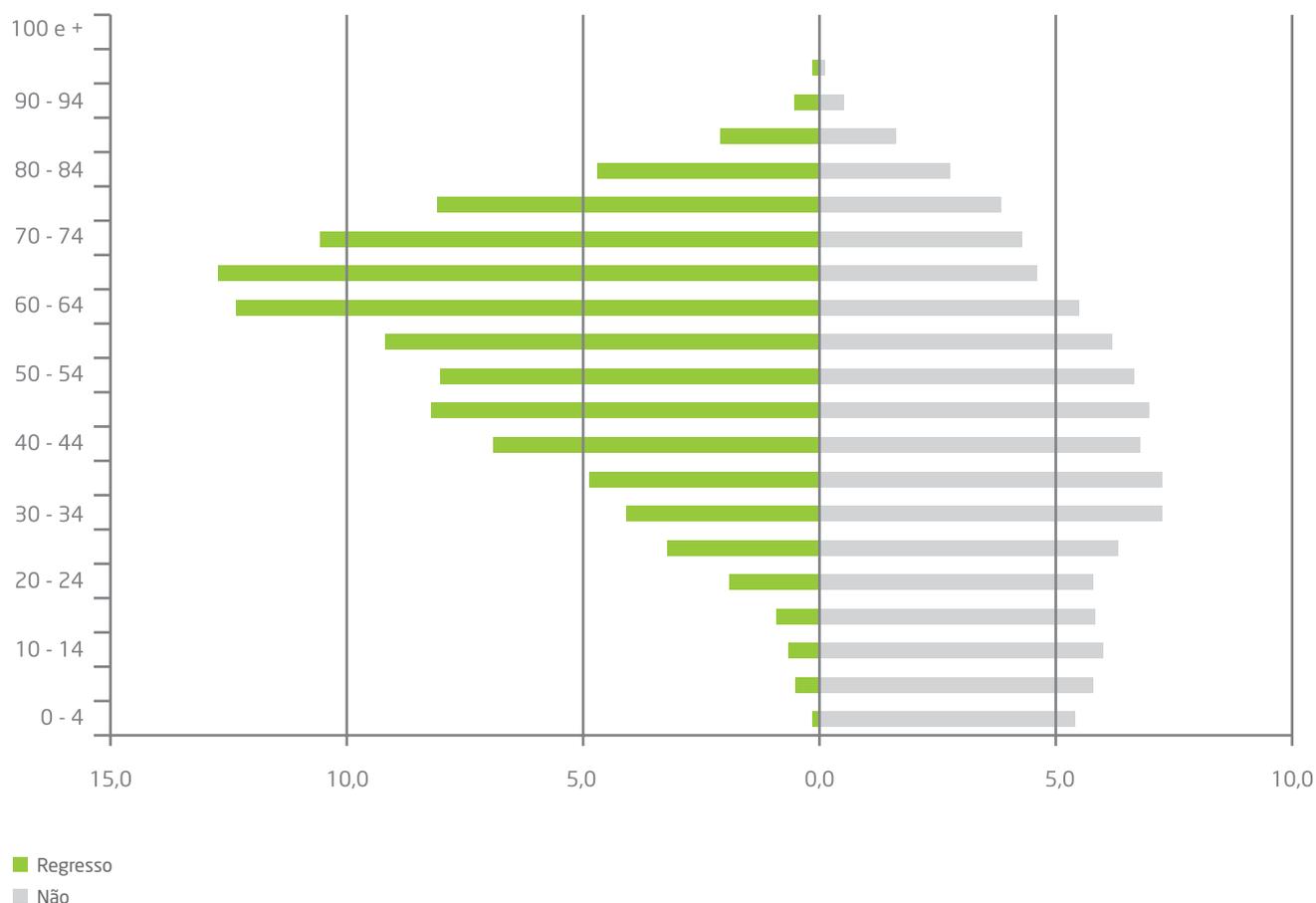
Grupos etários	Nat: Portugal		Nat: No Estrangeiro		Em Portugal		No Estrangeiro	
	Resid. Fora	Não	Resid. Fora	Não	Resid. Fora	Não	Resid. Fora	Não
0 - 4	1467	470667	8569	1944	0,1	5,4	1,1	2,7
5 - 9	5250	501294	16842	1701	0,5	5,8	2,1	2,3
10 - 14	6893	521496	33360	2846	0,7	6,0	4,2	3,9
15 - 19	9827	505550	46419	3454	0,9	5,8	5,8	4,7
20 - 24	19712	503335	55703	3315	1,9	5,8	7,0	4,5
25 - 29	33413	549588	68888	4187	3,2	6,4	8,6	5,7
30 - 34	42795	630583	93302	6887	4,1	7,3	11,7	9,4
35 - 39	51025	629351	129605	14702	4,9	7,3	16,2	20,1
40 - 44	72168	589979	101299	9652	6,9	6,8	12,7	13,2
45 - 49	85803	604208	73746	6537	8,2	7,0	9,2	8,9
50 - 54	83584	578334	55419	5023	8,0	6,7	6,9	6,9
55 - 59	95591	538702	39377	3981	9,2	6,2	4,9	5,4
60 - 64	128435	478858	24928	2520	12,3	5,5	3,1	3,4
65 - 69	132436	400464	16966	1835	12,7	4,6	2,1	2,5
70 - 74	110396	371543	12913	1586	10,6	4,3	1,6	2,2
75 - 79	83942	334583	9774	1407	8,1	3,9	1,2	1,9
80 - 84	49012	241429	6529	918	4,7	2,8	0,8	1,3
85 - 89	21980	138613	3270	493	2,1	1,6	0,4	0,7
90 - 94	5522	46886	1244	195	0,5	0,5	0,2	0,3
95 - 99	1348	12823	376	55	0,1	0,1	0,0	0,1
100 e +	97	1383	44	2	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	1.040.696	8.649.669	798.573	73.240	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo 2011 dados não publicados resultantes do Projeto REMIGRA.<sup>4</sup>

Para os que têm nacionalidade portuguesa (1.040.696 que residiram fora e 8.649.699 que nunca residiram fora) gera-se a seguinte pirâmide etária que nos mostra que os regressos têm ocorrido sobretudo nas gerações mais velhas, o que acaba por contribuir para um envelhecimento da população portuguesa total.

<sup>4</sup> Remigra é o acrónimo do projeto "Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa" (REMIGR), que decorreu entre 2013 e 2015. O projeto envolveu várias instituições universitárias portuguesas: SOCIUS/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa; CEG, IGOT, Universidade de Lisboa; CES, Universidade de Coimbra; e CIES, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. O financiamento coube à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (PTDC/ATP-DEM/5152/2012).

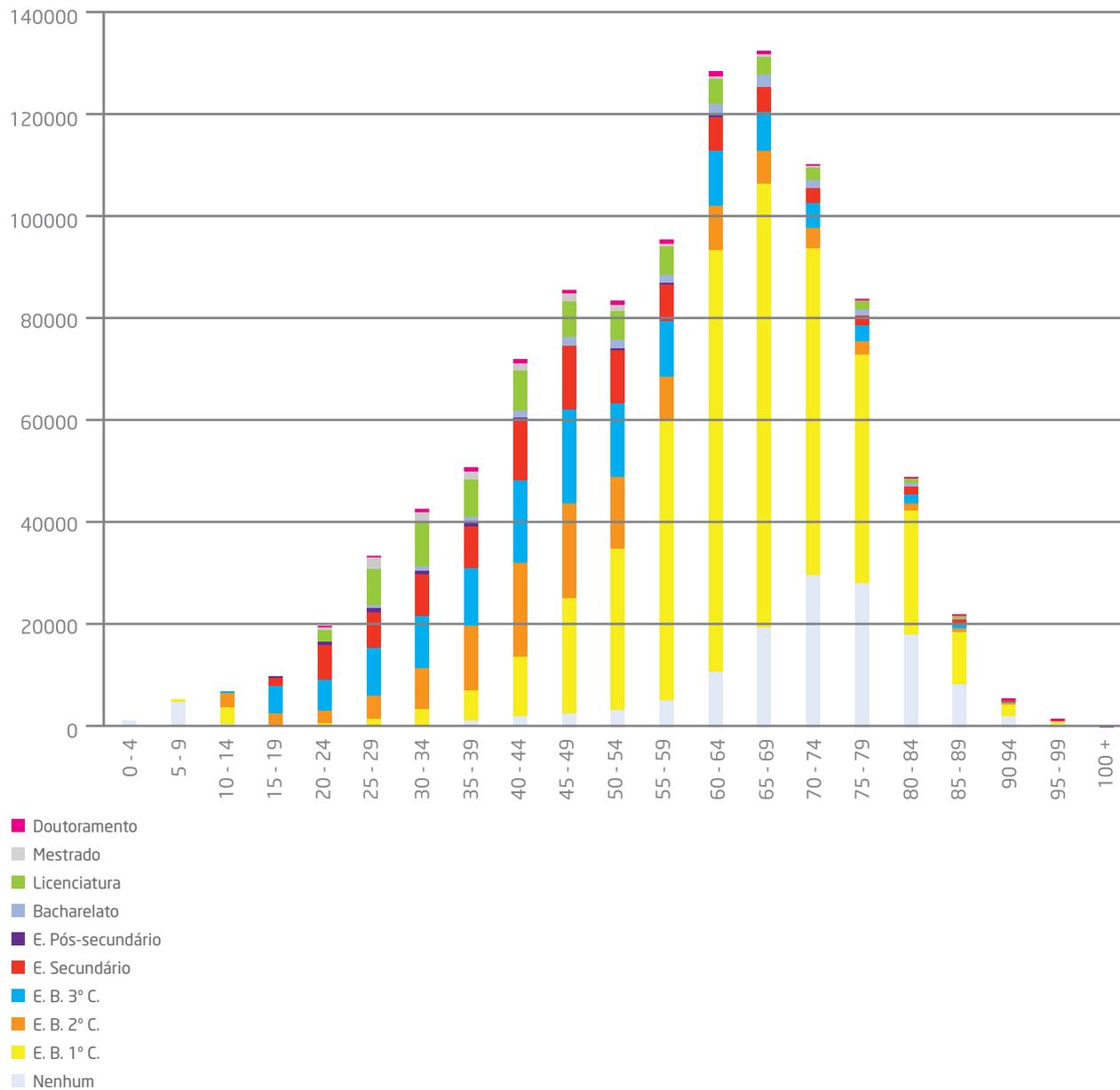
Figura 1.1. - Comparação entre as pirâmides etárias dos regressados (naturais de Portugal) versus população portuguesa sem experiência migratória



Fonte: Censo 2011 dados não publicados resultantes do Projeto REMIGRA.

É ainda possível, através dos dados do censo de 2011, analisar a estrutura das qualificações escolares dos regressados a Portugal, onde observamos a baixa escolaridade geral dos grupos etários mais velhos por comparação com uma maior escolaridade dos grupos mais jovens. Este é o retrato induzido pelo regresso de muitos portugueses de vagas migratórias anteriores (e.g. regressados de França ou das ex-colónias).

Figura 1.2. - Qualificações escolares dos regressados a Portugal por grupos etários (censo 2011)



Fonte: Censo 2011 dados não publicados resultantes do Projeto REMIGRA.

4.

## 4. Investigar o regresso: revisão da literatura

O pressuposto de que o imigrante internacional típico planeia que a sua estada seja temporária, após a qual pretende voltar a casa no país de origem, está subjacente aos estudos sobre o regresso. Já no século XIX, uma das leis de migração de E.G. Ravenstein estabelecia que “cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensatória” (Ravenstein 1885: 199). Ainda que neste contra fluxo o autor não incluía os emigrantes regressados, é de admitir que tal se fica a dever, sobretudo, às limitações inerentes aos dados dos recenseamentos de 1871 e 1881 em que baseou as suas análises e não ao desinteresse efetivo pelos movimentos de retorno no contexto geral dos fluxos migratórios. Ou seja, o autor reconhece que os fluxos migratórios tendem a não ser ininterruptamente unidirecionais. A pergunta sobre se (e quando) o emigrante pretende voltar ao seu país de origem, isto é, se a migração é temporária ou se se torna permanente ou definitiva, surge em diversos estudos sobre a emigração e é também grande o interesse sobre o retorno nos diferentes estudos sobre migrações contemporâneas ou fluxos migratórios do passado. Mas nem sempre foi assim. As migrações transatlânticas dominaram as migrações internacionais históricas até há cerca de 100 anos e assumia-se que emigrava para sempre (ou permanentemente) quem saía do seu país. Foi assim nas migrações de colonização das Américas e também de territórios como a Austrália, África do Sul ou territórios coloniais europeus. O modelo de racionalidade económica nas migrações também tinha implícito que o sucesso da migração significava a permanência na sociedade de acolhimento. Voltar era, de certo modo, um fracasso do projeto migratório ainda que, por motivos diversos, sempre tenha havido um movimento de retorno (Cassarino, 2013).

Nos anos 1960, as migrações passam a ser analisadas numa perspetiva estrutural, como sistema. Começam a estudar-se as correntes e contracorrentes migratórias, situando-as em momentos específicos da história e em relações económicas, sociais ou culturais entre os países emissores e recetores (Gmelch, 1980) numa dinâmica de interdependências mútuas. Os regressos e o seu estudo começam a desenvolver-se, em especial, depois de terem parado os programas de recrutamento nos países de imigração europeus como resultado dos choques petrolíferos dos anos 1970 e da crise daí resultante. Na sequência destes estudos, o retorno começa a ser analisado como parte do projeto migratório e passa a existir uma atenção aos sinais que advêm deste retorno para a construção de políticas de integração.

Nos anos mais recentes, houve um renovado interesse nos estudos sobre o regresso, o que se deve, segundo King e Christou (2011) mais à reconceptualização do estudo das migrações de acordo com novos paradigmas, do que ao aumento real de movimentos de retorno. Dada a importância do fenómeno emigratório em Portugal desde há mais de um século seria de esperar que o estudo sobre o retorno fosse fácil e acessível. Não é esse o caso, pois tanto as informações estatísticas como a bibliografia relativas ao retorno dos emigrantes são escassas e com grandes lacunas e hiatos temporais. Nas épocas mais recentes passamos dos anos 1980 para a atualidade sem que, nos últimos 30 anos, tenha sido dedicada grande atenção ao tema. As deficiências de informação põem-se logo à partida, uma vez que, não havendo registos das saídas, se desconhece quer o número total de emigrantes portugueses, quer as suas características. Todos os valores disponíveis não passam de estimativas, não tendo nunca sido efetuado um levantamento sistemático das suas diversas componentes que permitisse aferir uma evolução ao longo do tempo.

No presente capítulo, começa-se pela tentativa de delimitar o conceito de regresso (ou retorno), tarefa que, como veremos, não é isenta de dificuldade dada a ausência de indicadores mensuráveis. Em seguida, apresentam-se

teorias e modelos analíticos e a forma como o retorno é equacionado em cada um. Alguns contributos sobre o estudo do regresso materializam-se em tipologias de regresso/regressados, que são depois apresentadas e analisadas terminando com a revisão de alguns estudos sobre o regresso de emigrantes portugueses.

## 4.1 Definir o regresso

Em obras pioneiras de revisão de trabalhos sobre a migração de regresso <sup>5</sup> (Bovenkerk, 1974; Gmelch, 1980), elenca-se a variedade de termos que lhe estavam associados: contracorrente, reemigração, contra fluxo, movimento de retorno, remigração, fluxo de retorno, migração de retorno, migração pela segunda vez e repatriação. Há vários problemas na terminologia porque qualquer um dos termos implica mais do que o ato de o migrante voltar para o seu país de origem. A definição comum nos primeiros trabalhos sobre a migração de retorno é a de “movimento de emigrantes de volta aos seus territórios de origem para se (re)fixarem” (Gmelch, 1980: 136). O conceito de remigração está relacionado com o de regresso e refere-se às situações em que se volta a emigrar depois do regresso, e o movimento frequente entre dois ou mais espaços, como nas migrações sazonais, designa-se migração circular (Gmelch, 1980). O regresso pode ser definido como a situação migratória em que o migrante volta para o seu país depois de viver noutro país por um determinado período (OCDE, 2008). No entanto, esta definição é redutora da complexidade de um fenómeno que pode englobar múltiplas dimensões. As dificuldades de definição concetual e de delimitação empírica do regresso são semelhantes às que algumas migrações também revelam.

Definir o regresso não é uma tarefa fácil por duas razões essenciais: i) apenas a partir dos anos 1980 a questão do retorno passa a ser sujeita a diversas interpretações teóricas e a avaliações empíricas que se sucederam para caracterizar e identificar os mecanismos que lhe estão subjacentes (OCDE, 2008: 178), com o impulso do debate sobre o regresso (e a permanência) de trabalhadores “convidados”; ii) há poucas estatísticas disponíveis para avaliar, com rigor e de forma compreensiva, o fenómeno de forma transversal e internacional (Cassarino, 2004; OCDE, 2008).

As Nações Unidas (UN) definem migrantes regressados como “pessoas que regressam ao seu país de nacionalidade depois de terem sido migrantes internacionais (de curta ou de longa duração) noutro país e que tenham a intenção de permanecer no seu país por pelo menos um ano” (UN, 1998: 94). Esta definição está limitada ao critério de país de nacionalidade, o que tem consequências no caso da existência de múltiplas nacionalidades, ou de o último país de residência não coincidir com a nacionalidade do migrante. Seguindo a tendência internacional para considerar a naturalidade como o melhor indicador para definir o migrante, porque esta é uma condição imutável – ao contrário da nacionalidade –, exige-se a correção do critério para “país de naturalidade”. Ainda assim, a operacionalização do conceito não é isenta de dificuldades.

Em estudos qualitativos, concorda-se que é preciso ter em conta a forma como os protagonistas avaliam esse processo, ou seja, se os próprios migrantes acreditam que estão a retornar para o território de origem com o qual têm uma conexão emocional e histórica, então “é a ontologia e não a medição estatística do retorno o critério primordial” (King e Christou, 2011). Em estudos sobre as intenções, é esta perspectiva que fará mais sentido.

---

<sup>5</sup> Neste relatório referimo-nos a regresso também como retorno, em inglês “return”. Em português, os protagonistas do retorno podem ser “regressados” ou “retornados”. Utilizaremos sempre a designação de regressados, em especial porque, historicamente, o termo “retornado” se associa ao processo migratório consequente da descolonização.

Também deve ser distinguido o regresso da primeira geração, do regresso de segundas e terceiras gerações, incluindo o regresso ancestral remoto em termos históricos, também conhecido como “retorno étnico” (King e Chirstou, 2011: 452). Outra divisão que deverá ser feita é entre regresso de migrantes qualificados e regresso de outros migrantes (não qualificados), por razões da diferenciação de impacto destes grupos no desenvolvimento e no empreendedorismo na origem (Ammassari e Black, 2001). O presente estudo tem como foco, precisamente, as intenções de regresso de migrantes de primeira geração e qualificados. Acresce ainda uma outra dimensão que é a de enquadrar apenas emigrantes jovens e que saíram de Portugal num período de tempo relativamente recente.

## 4.2 O regresso nas teorias das migrações

Atualmente, é consensual que o regresso de migrantes é um processo que faz parte das migrações internacionais. Emigrar e regressar são faces de uma mesma prática de mobilidade internacional. Menos consensual é o que o regresso significa nas teorias mais clássicas das migrações - a dicotomia sobre se é sucesso ou fracasso já estimulou algum debate - ou nas teorias mais recentes - que demonstram que o regresso pode ser um estádio dinâmico de um processo multidimensional (em que migrações de vai-e-vem, circulares ou por etapas podem ser consideradas). Algumas contribuições teóricas e analíticas sobre o regresso são centradas na contribuição que os migrantes podem fazer para o desenvolvimento dos países de origem (Cf. Ammassari e Black, 2001), e há comparativamente menos investigação sobre os fatores individuais e contextuais que explicam os regressos (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 416).

Importante será, tal como no estudo das migrações internacionais, complementar os diversos contributos que sejam úteis em cada estudo particular, pelo que, de seguida, se apresenta uma breve revisão de teorias e modelos.<sup>6</sup>

### *Abordagem neoclássica e nova economia da migração laboral (NELM): retorno como fracasso ou sucesso*

Teorias de migrações diferentes fornecem interpretações radicalmente opostas sobre a migração de retorno. Para uma concretização e consolidação das teorias e o seu encontro com as práticas, os mecanismos subjacentes ao comportamento da migração de retorno deverão ser mais explorados empiricamente. Dito de outro modo, falta ainda investigação fundamental nesta área que nos permita aferir a validade teórica já existente.

Na abordagem neoclássica macro, a migração baseia-se no facto de existirem diferenciais salariais entre áreas geográficas emissoras e recetoras e em *ganhos esperados* por parte do potencial migrante, com a taxa de emprego urbano a atuar como força de equilíbrio (Harris e Todaro, 1970: 126). Ao nível micro, esta abordagem concebe que o ser humano é provido de uma racionalidade que o orienta para a maximização de vantagens e minimização do desconforto nas suas decisões económicas, ao fazer um cálculo meticuloso de custos e benefícios associados à transferência para o local de destino. Estes benefícios também podem ser ganhos (futuros) nos investimentos em capital humano. Os indivíduos migram se confiam que os custos com a migração sejam superados pelos ganhos.

<sup>6</sup> Cf. Cassarino (2004), de Haas, Fokkema e Fibri (2015) e OCDE (2008), entre outros que são referenciados, para um levantamento mais exaustivo de contribuições teóricas e analíticas sobre o regresso/retorno nas migrações.

Nesta abordagem, e nas teorias de repulsão-atração que lhe estão associadas, assume-se que o migrante tem informação perfeita para poder fazer cálculos de custo benefício rigorosos, e, portanto, não há um argumento para regressar; o migrante permanece permanentemente no país de acolhimento. Só nos casos de insucesso neste percurso, seja porque houve um resultado malsucedido dos objetivos pretendidos, cálculos mal feitos ou não recebeu o retorno esperado em capital humano, é que o migrante regressa.

O regresso significa, assim, insucesso e o que é expectável é que o migrante se integre na sociedade de acolhimento, ou seja, “enquanto os «vencedores» se fixam, os «vencidos» retornam” (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 416). A manutenção de laços com a sociedade de origem não é equacionada – aliás, toda a envolvente histórica e contextual das migrações não é considerada além dos diferenciais económicos – precisamente porque significaria, nesta perspetiva, um aumento de custos financeiros e psicológicos de permanecer e uma diminuição dos custos de retornar. Tipologias posteriores questionam esta supremacia dos motivos económicos para permanecer ou retornar e foram construídas também com base em estudos percursivos que demonstram uma quantidade elevada de retornos por razões não económicas.<sup>7</sup>

Nos anos 1980, a nova economia da migração laboral (NELM, na abreviatura em inglês), questiona e corrige alguns princípios da economia neoclássica. Nesta abordagem afirma-se que os indivíduos migram para melhorar ou mudar a sua posição relativa no mesmo grupo de referência, para maximizar o rendimento ou para diminuir os constrangimentos dos mercados que não exclusivamente o laboral, e a existência de um diferencial de salários não constitui condição suficiente para a mudança (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999, 2004).

Um importante contributo desta abordagem é o pressuposto de que a população é diferenciada e não existe informação perfeita para fazer cálculos rigorosos na decisão de migração. O comportamento de migração difere consoante a perceção de privação relativa por comparação com outros membros do mesmo grupo de referência ou consoante as qualificações que se detêm (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999).

Assume-se, também, que as decisões de migração não são individuais e são tomadas em conjunto pelo migrante e por não migrantes (como a sua família ou membros do seu agregado familiar) e traduzem um acordo contratual implícito entre as duas partes (Stark e Bloom, 1985; Taylor, 1999). A migração envolve uma componente importante de retornos diretos para os não migrantes em forma de remessas que contribuem direta (no investimento produtivo) ou indiretamente (no consumo das famílias e, portanto, para o investimento produtivo) para o desenvolvimento das áreas emissoras de emigrantes (Taylor, 1999). Por outras palavras, os migrantes só retornam quando tiverem conseguido poupar e enviar as remessas que lhes sejam suficientes para investir.

Assim, e ao contrário da teoria neoclássica que vê o regresso como um fracasso numa perspetiva de migração que deveria ser permanente, a NELM vê a migração de regresso como o resultado esperado de uma experiência temporária no estrangeiro durante a qual os migrantes obtiveram o seu único objetivo de migração, i.e. ganhar dinheiro e acumular capital (Piore, 1979).

Nesta abordagem, muito focada no sucesso económico, o regresso será adiado se a integração for malsucedida e a fixação será o resultado final de adiamentos repetidos de retorno por causa do fracasso da integração (e dificuldade em poupar ou no envio de remessas), coexistindo com laços transnacionais com as sociedades de origem (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 417).

---

<sup>7</sup> Em estudo sobre os ingleses com níveis elevados profissionais e de qualificação que retornam depois de residir na Austrália, 86% dos entrevistados afirmam que voltaram para Inglaterra por razões não económicas, porque mantinham laços fortes com a família e sentiam a sua falta (Appleyard, 1962).

As conceções do retorno permitidas nestas perspetivas revelam limitações, em parte semelhantes às que se encontram quando utilizadas para explicar as migrações. O paradigma sucesso/fracasso é redutor do fenómeno da migração de regresso e isola as decisões e as estratégias dos regressados relativamente ao ambiente social e político, sem o relacionar com fatores na origem. Também não são conhecidos estudos suficientes de teste de ambas as hipóteses e encontram-se diversas evidências que contrariam alguns dos pressupostos das teorias (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015).

As motivações para o regresso parecem unicamente influenciadas por fatores económicos e financeiros e não existe muita explicação sobre como as remessas e as competências ou o capital humano são usados nos países de origem. Os migrantes regressados são vistos unicamente como veículos de capital entre os países e não se faz qualquer consideração sobre o enquadramento social, económico e político na origem, apenas sobre a integração ou a ausência dela no destino.

Acrescente-se que um dos estudos que testa as duas hipóteses nas intenções de retorno, mostra que a integração sociocultural na sociedade de destino tem um efeito negativo nas intenções de regresso, mas a integração estrutural no mercado de trabalho e os laços económicos e sociais nas sociedades de destino não afetam significativamente as intenções de regresso (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 427).

Em suma, a diversidade de processos de migração de regresso exige, para a sua explicação, ter em consideração a diversidade de características, de contextos e de motivações dos migrantes, quer para a migração que esteve na origem no regresso, como para o regresso em si, pelo que não é provável que uma “teoria de tamanho único” (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015) consiga abarcar a multiplicidade do fenómeno. Concorda-se com uma das conclusões deste estudo, em concreto, a de que “não há um processo uniforme de migração (de regresso) e que as teorias concorrentes podem ser complementares em explicar as intenções e comportamentos da migração de regresso entre e no interior de grupos migrantes específicos e nos contextos específicos de origem e destino” (de Haas, Fokkema e Fibri, 2015: 27).

### *A abordagem estrutural e migração do regresso: os fatores de contexto*

Nesta abordagem, o regresso é influenciado por fatores sociais e institucionais nos países de origem. Na explicação de como o regressado se integra de novo na sociedade de origem são importantes os recursos que lhe são inerentes, como as qualificações e o capital económico. O contexto macroeconómico no país de origem e no país de acolhimento é a determinante principal da decisão de regresso, em que no primeiro são considerados o mercado de trabalho e, no segundo, as oportunidades que estejam a surgir (OCDE, 2008). As mudanças sociais estão na origem de regressos e um dos casos fornecidos como exemplo de como esta teoria pode ser aplicada é, precisamente, o da importância do fim da ditadura em Portugal no regresso de emigrantes portugueses (OCDE, 2008: 179).

Segundo a perspetiva estrutural, as expectativas dos regressados ajustam-se frequentemente às realidades locais e há uma influência muito forte de interesses nas sociedades de origem que limitam a capacidade inovadora dos regressados. Nos casos em que não haja este reajustamento, o regressado pode equacionar voltar a emigrar (Cassarino, 2004). Esta abordagem é fundamental para demonstrar os efeitos dos fatores contextuais na capacidade que os regressados podem ter para inovar e ser atores de mudança. Além de recursos e capital financeiro, as políticas locais e nacionais, as relações de poder, as tradições e os valores exercem influências na capacidade dos regressados em investir as suas experiências migratórias nos seus países de origem. O quadro analítico da

abordagem estrutural refere-se às consequências que a migração de regresso pode gerar nas sociedades de origem, com referência às variáveis de tempo e espaço (Cassarino, 2004). O tempo refere-se à duração da estada no estrangeiro e às mudanças que ocorreram antes e depois da migração, com referência ao estatuto dos retornados e às suas sociedades de origem. As mudanças nas sociedades de origem e o desenvolvimento profissional são fatores fundamentais no processo de reintegração (Cassarino, 2004). O processo de reajustamento demora tempo e depende do período que se esteve fora. Por outro lado, será também preciso tempo para que os capitais (económico, social, cultural e humano) adquiridos pelo emigrante na sua experiência migratória possam ser otimizados e sejam úteis no regresso ao país de origem (Cassarino, 2004). Relativamente ao espaço, o estruturalismo confere importância à distinção rural/urbano na área de fixação, pois isso determina o processo de reintegração e forma as suas expectativas (Cassarino, 2004). Ou seja, o regresso passa não a ser visto como unicamente dependente da experiência do emigrante no estrangeiro, mas as características institucionais nos países de origem afetam negativa ou positivamente o impacto que a migração de retorno tem no desenvolvimento local (Cassarino, 2004). Globalmente, no entanto, os estruturalistas são pessimistas relativamente ao poder de o migrante inovar no seu regresso, uma vez que associam as sociedades de origem a formas “tradicionais” de funcionamento e referem que o emigrante, por ter estado fora, perdeu a ligação às suas relações sociais. As perspetivas das redes e do transnacionalismo questionam este pessimismo, como veremos de seguida (Cassarino, 2004).

### *Redes sociais e transnacionalismo*

Os primeiros estudos sobre o regresso tinham subjacente o modelo binário da migração, ou seja, os migrantes saem da origem para o destino, havendo os que ficam para sempre e os que retornam. As novas abordagens permitem analisar e explicar porque é que há migrantes que se deslocam entre um e outro, numa espécie de migração continuada. Como referem King e Christou, “o que caracteriza os estudos recentes sobre o retorno é uma exploração mais diversa e matizada da ontologia do retorno, alongando o seu significado no tempo, espaço e gerações, e onde o ‘lugar’ do retorno e o tipo de movimento podem ter várias expressões - real, virtual, imaginada, forçada e negada” (King e Christou, 2011: 453).

A abordagem das redes sociais contribui para se perceber como se articulam as dimensões macroeconómicas e sociais e as individuais e psicossociológicas nas migrações, na medida em que as redes migratórias ligam três componentes principais dos sistemas de migração internacional: o fluxo de migrantes entre as áreas de origem e destino, o *stock* de migrantes que reside no país de destino e o fluxo de migrantes que retorna para o país de origem (Faist, 2000: 52). Na perspetiva das redes (Faist, 2000; Gurak e Caces, 1992; Massey e outros, 1993), o enfoque das explicações para as migrações é desviado das determinantes e/ou consequências que a migração internacional tem para os países que nela tomam parte e concentra-se no domínio das interligações entre os países que contribuem para os movimentos populacionais, sejam ou não próximos e tenham, ou não, tido relações históricas entre si.

Especificamente, no estudo do retorno, a abordagem das redes sociais chama a atenção para avaliar, nas intenções e no processo de decisão e de movimento do regresso, os fluxos de informação e as redes que se situam entre os países de origem e destino, e que permitem a diminuição da incerteza no regresso. Os migrantes têm acesso a informação sobre o país de origem, às condições em que podem regressar e à ajuda de quem permaneceu na origem e com quem mantiveram contacto, e/ou de quem regressou primeiro, precisamente devido a estas redes.

O estudo do transnacionalismo surgiu, de acordo com Waldinger e Fitzgerald (2004), com Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton, nos anos 1990, para identificar as ligações sociais entre os países emissores e recetores, quando

se afigurava que nem a assimilação, nem o corte de relações entre os países entre os quais as migrações ocorrem, seriam inevitáveis. Os migrantes transnacionais são aqueles que mantêm tais laços de migração, pois as suas vidas quotidianas dependem de interligações que atravessam fronteiras e as suas identidades configuram-se em relação a mais do que um Estado-nação (King e Christou, 2011). Alejandro Portes acrescenta que o que faltava era uma perspetiva teórica que denominasse fenómenos semelhantes, apesar de estes já existirem previamente ao momento da sua conceptualização (Portes, 2003). Na perspetiva do transnacionalismo, “os regressados preparam a sua reintegração no país de origem através de visitas periódicas e regulares aos seus países, mantêm ligações fortes com os seus países de origem e periodicamente enviam remessas para as suas famílias” (Cassarino, 2004: 262). Mesmo depois do retorno, a história continua e os migrantes transnacionais mantêm ligações com os migrantes no país de acolhimento e, muitas vezes, aí retornam por curtos períodos para visitas ou trabalhos temporários.

Os contactos regulares que os migrantes fazem, tanto com as sociedades de origem como com as de acolhimento, e os movimentos entre “cá” e “lá”, ou seja, a mobilidade transnacional (Portes e outros, 1999) faz com que o regresso seja melhor preparado e organizado e o retorno aconteça quando os recursos suficientes, financeiros ou informacionais, tenham sido reunidos e quando as condições no país de origem são entendidas como sendo suficientemente favoráveis (Cassarino, 2004: 264). O transnacionalismo, esse vai e vem social e identitário, contribui para uma melhor aferição das condições de retorno.

De acordo com Cassarino (2004), tanto no transnacionalismo, como na teoria das redes, os regressados são vistos como atores que reúnem os recursos de que precisam para preparar os seus regressos em segurança, mobilizando, no primeiro caso, os que resultam de atributos que partilham; e, no segundo caso, a mobilização de interesses que têm em comum e de outros elementos que estão disponíveis ao nível das redes sociais e económicas transversais às fronteiras. O transnacionalismo também se traduz nas diversas formas através das quais os migrantes se sentem ligados uns aos outros pelas origens étnicas comuns e pela solidariedade do grupo (Cassarino, 2004). A visão da circularidade dos movimentos de migração que facilitam a mobilidade dos migrantes deve-se à abordagem transnacional, que questiona a perspetiva do atravessamento da fronteira apenas em dois sentidos. Os estudos da diáspora seguem a orientação do transnacionalismo, pois “a referência ao termo ‘diáspora’ pode dizer-se que constitui uma forma de realçar a mobilidade multipolar dos migrantes” (Cassarino, 2004: 264). Porém, se, por vezes, os termos transnacionalismo e diáspora são utilizados como sinónimos, “um migrante pode ser diaspórico sem ser transnacional, ou transnacional sem ser diaspórico, ou ambos, ou nenhum” (King e Christou, 2011: 456). Em última análise, o transnacionalismo dissolve o significado da migração de retorno, pois a migração e o retorno passam a ser vistos como processos contínuos de mobilidade global num campo social transnacional, ou seja, a migração de retorno é, por vezes, um conceito esquivo que se torna indistinto com a mobilidade transnacional continuada (King e Christou, 2011).

### 4.3 O estudo (das intenções) do regresso

Diversos estudos que se desenvolveram sobre o regresso contribuem, em conjunto, para perspetivar que as explicações sobre o regresso e a análise das suas intenções e motivações devem ter em conta que os migrantes e os regressados não são um grupo homogéneo, os contextos entre os quais se movimentam são diversificados e há fatores estruturais (características políticas e económicas dos países em causa, por exemplo) que devem ser considerados porque influenciam os migrantes nas suas intenções, decisões e movimentos de regresso. Na reali-

dade, as preocupações que devem estar presentes nas análises do retorno não diferem muito das que se colocam no estudo das migrações - a composição sociodemográfica dos migrantes regressados (ou potenciais), motivações para o regresso, integração dos migrantes regressados (ou potenciais). O que se distingue é a necessidade de juntar a análise das motivações para a emigração, porque existe sempre uma relação entre estas e as de retorno. São diversos os fatores e as motivações que se sabe influenciarem decisões de regresso e o próprio regresso, ou a permanência. As decisões de migração de retorno são sempre precedidas por intenções (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016) que exercem um importante papel nas decisões porque, como sugerem alguns estudos, as intenções estão ligadas com a educação dos indivíduos e com os seus planos de trabalho e planejar o futuro, por sua vez, influencia os resultados da migração (Güngör e Tansel, 2014).

O estudo das intenções de regresso está na base de algumas tipologias de regressos. Pode estudar-se o regresso através deste planeamento do futuro, das expectativas ou dos desejos que o precedem. Num estudo sobre as intenções de regresso em estudantes estrangeiros nos Estados Unidos da América, Alberts e Hanzen (2005) agrupam os fatores de influência no regresso em três categorias: fatores profissionais, que incluem razões relacionadas com salários, condições e instalações de trabalho e oportunidades para o desenvolvimento profissional; fatores sociais, que se referem ao conforto em determinado ambiente social, político e cultural em termos de, por exemplo, padrões de comportamento aceitável, relações de género, etc.; e fatores pessoais, que englobam o que se relaciona com as circunstâncias pessoais, tais como o estatuto familiar e redes de amizade e familiares. As conclusões apontam para que todos os estudantes ficariam nos EUA por razões profissionais, mas o conforto sentido no país de origem é um fator que atrai para o regresso. Por outro lado, ter família e amigos no país de origem são um fator de importância forte na motivação para regressar, e ter um dos cônjuges no país de origem também.

A revisão de investigação sobre as intenções de retorno realizada por Caro, Fernandez e Valbuena (2016) agrupa três conjuntos de fatores que foram encontrados na literatura como tendo influência nas intenções de regresso: características pessoais (a nacionalidade, o sexo, o grupo étnico, o estatuto legal, os anos de permanência); variáveis de laços sociais (como os laços de família ou propriedade de casa no país de destino); variáveis económicas (participação no mercado de trabalho, ter acesso a benefícios da segurança social e o comportamento de envio de remessas) (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016: 118). Os autores chamam a atenção para evidências de que dentro de cada conjunto não há consenso entre os académicos sobre o poder explicativo das variáveis enunciadas, sendo o género, por exemplo, um destes fatores.

Os autores acrescentam que a intenção e o nível de intenção de regresso diferem de acordo com a idade, mas não encontraram estudos empíricos que tivessem feito esse exercício de cruzamento do efeito dos fatores por grupo etário. Ainda assim, referem que há evidências de que os grupos etários mais velhos são mais propensos a regressar mais cedo (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016: 119). Constant e Massey (2004) afirmam que os adultos ativos são menos propensos a regressar, do que jovens mais novos. Mas entre adultos os resultados são mistos: a idade faz aumentar a probabilidade de retorno de indivíduos de 50 e mais anos, residentes na Suécia, e faz decrescer o desejo de retorno para os imigrantes com mais de 45 residentes em França (Yahirun, 2014). Em nenhum destes estudos se investigou como os fatores que influenciam a probabilidade de retorno podem variar com a idade (Yahirun, 2014: 235).

Além do estudo dos fatores que influenciam as intenções de regresso, também há trabalhos que se dedicam à diferenciação destas por categorias específicas de migrantes, como estudantes (Güngör e Tansel, 2008), migrantes qualificados (Güngör e Tansel, 2014), entre outros.

Para os regressados que pretendem reintegrar o mercado de trabalho na origem, as competências e a experiência que adquiriram enquanto estiveram a residir fora podem ser mais valorizadas do que as obtidas se não tivesse havido a emigração. Esta perspetiva também está subjacente aos estudos que atribuem aos regressados um potencial de desenvolvimento no país de origem através da capitalização de recursos de formação e de experiência profissional. Este resultado dependerá do país de acolhimento e de origem, da formação e profissão do migrante regressado e da conjuntura do regresso. Como exemplos, refira-se que em países da OCDE como o Chile, a Costa Rica e o Brasil, os migrantes regressados estão sobre representados na maioria das profissões altamente qualificadas e sub-representados nos níveis menos qualificados (OCDE, 2008: 198). No Uruguai, 64% dos migrantes regressados estão empregados e o mesmo é verdade apenas para 43% da população (Meyer e outros, 2007, citados em OCDE, 2008). Através de uma análise de dados relativos a regressos na Finlândia, demonstra-se que a reentrada no mercado de trabalho finlandês pode não ser imediata, mas que a mobilidade parece demonstrar que a migração significa uma transição no mercado de trabalho que beneficia a carreira do indivíduo: os migrantes regressados têm mais rendimento e uma menor taxa de desemprego que os seus pares que permaneceram nos mercados de trabalho nacionais (Koikkalainen; Linnakangas e Suikkanen, 2016).

#### 4.4 Regresso, desenvolvimento, empreendedorismo

As migrações internacionais são, frequentemente, associadas ao desenvolvimento, como causa e efeito deste (Fisher, 1997, citado em Ammassari e Black, 2001). Especificamente em relação ao retorno, o debate da relação entre migrações e desenvolvimento é alimentado pelas perspetivas de que os capitais financeiro e humano que são transferidos com os emigrantes, no seu regresso, no primeiro caso através de poupanças, no segundo através de formação e experiência profissional adquiridos no estrangeiro, têm efeitos positivos no país de origem da emigração (Ammassari e Black, 2001), o que representaria um brain gain. Os estudos do desenvolvimento demonstraram que uma proporção importante de migrantes ou cria um negócio ou desenvolve um emprego independente depois do retorno (OCDE, 2008: 200).

A valorização (teórica) da formação e da experiência profissional seria mais evidente no caso dos migrantes qualificados, de quem se espera que haja maior retorno de capital (financeiro e humano) com o regresso, embora em alguns casos os recursos, como a experiência ou a qualificação profissional, sejam mais dificilmente transferíveis e sejam de aplicação mais limitada (Faist, 2000). Espera-se que quem queira investir seja ou quem emigrou com o objetivo de acumular poupanças, ou os que pensam que será a melhor forma de ultrapassar eventuais problemas de reentrada no mercado de trabalho (OCDE, 2008: 2000).

Relativamente à forma como os emigrantes podem ser atraídos para o retorno, num estudo sobre regressados na Jamaica (Thomas-Hope, 1999) argumenta-se que os profissionais mais qualificados são mais difíceis de atrair para a origem porque estão habituados a salários mais elevados, melhores condições e segurança nos cuidados de saúde e outros benefícios da segurança social do que os que podem ser oferecidos na origem. Como tal, estes poderão ficar mais frustrados e até pretender reemigrar.

A perspetiva estrutural enfatiza que o potencial de desenvolvimento de retorno se encontra em larga medida nas condições económicas e sociais do país, o que significa que se os níveis de confiança estiverem altos, não haverá muita dificuldade em atrair pessoas para o regresso, para transferências de conhecimento e investimentos (Tho-

mas-Hope, 1999), verificando-se o contrário se os países não tiverem condições sociais e económicas favoráveis, pois os migrantes regressarão com mais facilidade se as condições económicas forem atrativas e fizerem vislumbrar novas e boas oportunidades.

Com base numa amostra de regressados que abriram empresas no Gana e na Costa do Marfim, Black e Castaldo (2009) demonstram que a formação e as habilitações têm pouca importância neste empreendedorismo, embora o trabalho prático, experiência e as competências em manter redes de contactos regulares com outros migrantes da mesma nacionalidade, e com amigos e família, enquanto estiveram fora, foram elementos de elevada importância. A poupança é significativa, mas as redes e os contactos, assim como as experiências ganhas fora podem ser tão importantes, ou mais, como o dinheiro (Black e Castaldo, 2009). Conclusões como estas dão sentido ao crescimento de plataformas de empresários, e de medidas políticas que as estimulam.

Em jeito de síntese, importa reter que embora haja estudos, em diferentes contextos, que comprovam a importância da relação entre imigração, retorno e empreendedorismo, as demonstrações empíricas da relação entre migrações e desenvolvimento ainda são parcelares e, por vezes, contraditórias para daí retirar medidas concretas de políticas (Ammassari e Black, 2001). Isto significa que é necessário continuar a fazer investigação neste campo e contribuir para o património de estudos que promovam conhecimento sobre a relação entre migrações, retorno e desenvolvimento, especificando as condições que influenciam a aplicabilidade das conclusões obtidas, pois sabe-se que o impacto de cada um dos fenómenos, nos restantes, depende do volume, tipo, espectro temporal dos fluxos de migração, direcção dos fluxos, grau e direcção da seletividade, e contextos dos países envolvidos (Ammassari e Black, 2001).

## 4.5 Tipologias

Algumas tipologias de migração de retorno baseiam-se, essencialmente, em duas dimensões que depois produzem alguma diversidade: o período de tempo que os migrantes pretendiam permanecer fora do seu país de origem e as razões para regressar (Gmelch, 1980). Uma das primeiras tipologias sobre o regresso estabelece, como base, a intenção da duração da emigração anterior (Bovenkerk, 1974). Ao contínuo da duração inicial pretendida com a emigração (temporária, permanente), o autor acrescenta a dicotomia do movimento de retorno ou de não retorno e cria quatro ideias tipo: emigração permanente pretendida sem retorno; emigração permanente pretendida com retorno; emigração temporária pretendida com retorno; emigração temporária pretendida sem retorno.

Num estudo sobre italianos que retornam de emigração nos EUA, Cerase (1974) classifica os regressados de acordo com as suas aspirações, expectativas e necessidades, em relação com o contexto das sociedades de origem e acolhimento. Para o autor, o *regresso por insucesso* refere-se aos casos de migrantes que não conseguiram integrar-se nos países de acolhimento, enfrentam situações de discriminação e voltam para os seus países de origem. O *regresso por conservadorismo* associa-se aos migrantes que enviam dinheiro para casa ou poupam para comprar terra para melhorarem a sua vida na origem, portanto avaliam o seu sucesso de acordo com os padrões da sociedade de origem. Estes dois ideais tipo corresponderiam às situações que a teoria neoclássica e a nova economia da migração laboral concebem, respetivamente, como resultado da migração. O *regresso por reforma* descreve a situação dos migrantes que voltam quando se reformam e adquirem uma casa ou uma terra onde pretendem passar a sua velhice, porque nessa condição têm melhor qualidade de vida no país de origem do que no de acolhimento. Por último, a categoria dos *regressados por inovação* corresponde aos migrantes que têm vontade

de utilizar todos os meios e as novas competências adquiridos durante as experiências migratórias na prossecução dos seus objetivos nos seus países de origem, onde consideram que há melhores oportunidades para satisfazer os seus desejos e expectativas. Estes migrantes veem-se como inovadores e acreditam ser portadores de mudanças (Cerase, 1974).

King (1977), num estudo de italianos que retornam da Grã-Bretanha, identifica quatro tipos de regressados: os que sempre quiseram regressar depois de um período específico de tempo ou de uma determinada quantia de dinheiro poupada para montar um negócio, motivação que originou a emigração; os que foram forçados a regressar por razões familiares (pais doentes ou idosos que necessitam de cuidados); os que foram motivados pelo desejo de educar os filhos na escola italiana antiga; e, em menor número, os que voltaram por saudades do país de origem, fracasso na adaptação ao modo de vida inglês, dificuldades de linguagem, etc.

Gmelch (1980: 138) sistematiza os vários contributos e constrói uma tipologia composta: regressados que pretendiam uma migração temporária e cujo período para o regresso é determinado pelo alcance dos objetivos estabelecidos aquando da emigração; os regressados que pretendiam uma migração permanente mas que foram forçados a regressar não o pretendendo; os regressados que pretendiam uma migração permanente, mas que escolhem regressar por causa de dificuldades na integração ou de saudades de casa.

Cassarino (2004) concebe uma tipologia de regressados com base no seu quadro concetual do retorno assente na mobilização de recursos e na preparação para o retorno por parte do migrante. Para o autor, existem três níveis de preparação de retorno (baixo, médio e elevado), condições anteriores ao regresso e condições posteriores ao regresso. Nas condições anteriores ao regresso encontra-se: o estatuto, a motivação, a mobilização de recursos e a duração da estada. As condições exteriores ao regresso traduzem-se no processo de integração.

Assim, e para referir alguns exemplos, Cassarino distingue migrantes laborais de migrantes irregulares em relação à preparação. Enquanto os últimos estão no seu grau zero, os primeiros podem estar num nível baixo de preparação ou num nível elevado, consoante o tempo de migração ou os critérios enunciados em cima. Os migrantes irregulares, por exemplo, situam-se no grau zero de preparação porque tiveram uma deportação ou expulsão como motivação, não mobilizaram recursos e estavam há menos de seis meses no país de acolhimento (Cassarino, 2004: 273). Ao mais elevado grau de preparação correspondem migrantes laborais ou muito qualificados, que podem ter obtido residência no país de acolhimento, cujos objetivos da migração foram atingidos e que têm a perceção de que as melhorias económicas e políticas no país de origem geram oportunidades. Tiveram tempo para pesar os prós e os contras do retorno e conhecem muitos incentivos no país de origem para o retorno. A mobilização de recursos envolve poupanças, uma rede de conhecimentos, educação superior. Em média, estes estavam entre há 4 e 15 anos no país de acolhimento (Cassarino, 2004: 273). Para o autor, “as noções que se referem à mobilização de recursos e à preparação para o regresso têm que ser tidas em consideração para explicar porque é que alguns regressados se tornam atores de desenvolvimento e outros não” (Cassarino, 2004: 276). Moran-Taylor e Menjivar (2005), por seu turno, criam uma tipologia tripla com base nos desejos de regresso: assertivos (têm a certeza de que querem retornar); ambivalentes (um dia hão de voltar, não sabem quando) e sem desejo (não planeiam retornar).

## 4.6 Estudos anteriores sobre o regresso de emigrantes portugueses

A investigação sobre o regresso da emigração portuguesa pode, nesta data, ser dividida em dois momentos situados entre antes e depois da “nova emigração” (Pires e outros, 2010). Antes da “nova emigração”, vários trabalhos focaram o regresso dos portugueses emigrados para o Brasil durante o século XIX e até ao princípio do século XX (por exemplo, Alves, 1994), no regresso dos que ficaram conhecidos como os “brasileiros de torna viagem” e no seu impacto no desenvolvimento do país. O regresso dos países europeus a partir dos anos 1970 também foi bastante estudado (Amaro, 1985; Poinard 1983a; Poinard 1983b; Silva e outros, 1985). No entanto, apesar de alguma diversidade dos estudos sobre retorno, esta temática nunca foi prioritária para a academia portuguesa correspondendo a apenas 8% do total dos trabalhos dedicados à emigração no período entre 1980 e 2013 (Candeias *et al.*, 2014), muito longe portanto do real impacto do retorno na sociedade portuguesa.

A exceção, a esta ausência geral e continuada de estudos centrados no retorno, pode ser encontrada num curto período situado nos anos de 1980 e seguintes. O regresso e a reintegração dos emigrantes na sociedade portuguesa foi o tópico que maior atenção recebeu durante este período. Dois projetos, apoiados pela Fundação Volkswagenwerk destacam-se como referências. O primeiro destes projetos, coordenado por Manuela Silva do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), centrou os seus esforços na mensuração do volume dos regressos entre 1960 e 1970, na elaboração de estimativas para a década de oitenta, na descrição das características socioeconómicas dos migrantes regressados, e nas suas trajetórias ocupacionais, antes, durante e depois da experiência emigratória. O segundo projeto, coordenado por Eduardo Sousa Ferreira do Centro de Estudos da Dependência (CED) centrou-se na avaliação e enumeração das políticas de desenvolvimento regional que maximizariam os benefícios económicos do regresso para as regiões em que os emigrantes regressados se inseririam (Baganha e Góis, 1998-1999). No final dos anos 90, e já na primeira década deste milénio, foram produzidos alguns estudos sobre a segunda geração e o regresso. O trabalho de Sofia Afonso intitulado *O regresso da segunda geração, A segunda geração e o regresso - A geografia do ator de fronteira* inicia uma retoma desta linha de pesquisa, mas agora para o período posterior a 85 e para a década de 90 (Afonso, 1997; 2005).

Mais recentemente, João Sardinha dedicou alguma atenção ao regresso e à ligação deste regresso com as questões de pertença identitária e Félix Neto trabalhou questões ligadas a grupos etários específicos na sua relação com o regresso (Neto, 2010; Sardinha, 2008, 2011a, 2011b, 2011c) numa nova área de investigação temática que deverá merecer maior aprofundamento no futuro.

Se considerarmos que as mobilidades de retorno (King e Christou, 2011) englobam também os repatriamentos, além dos regressos, precisamos também de referir os trabalhos de Rui Pena Pires sobre os regressados das ex-colónias que ficaram conhecidos como “retornados” (Pires, 2003). Embora tenha sido um caso forçado de regresso, o autor coloca as mesmas questões de integração com que se deparam os regressados, neste caso num período muito curto (Pires, 2003). Com a descolonização, em 1975, chegaram a Portugal cerca de meio milhão de portugueses radicados nas ex-colónias, maioritariamente em Angola (61%) e em Moçambique (31%) (Pires, 2003).

Esta população teve uma integração bem-sucedida e a sua distribuição regional foi muito influenciada pela necessidade de um maior apoio familiar e pela possibilidade de uma inserção célere no mercado de trabalho (Pires, 2003). Ou seja, “as oportunidades de emprego explicam o outro lado da informação estatística: a percentagem de retornados que regressam aos distritos de naturalidade foi inferior a 50% em todo o interior e no Alentejo; pelo contrário, regressaram à origem mais de 60% dos retornados nascidos nos distritos do Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal. Isto é, se as regiões mais deprimidas do país só retiveram os retornados aí nascidos, não foram, no entanto,

capazes de evitar a atração exercida pelo litoral e, em particular, pelas principais áreas urbanas (Pires, 2003: 207-208). Para efeitos do presente trabalho destacamos a importância de registar que os retornados tendem a voltar para as regiões de naturalidade ou de residência anterior, sempre que isso não signifique terem dificuldade de (re) integração no mercado de trabalho devido a características da região.

Como foi referido, no início dos anos 70, os principais países de destino da emigração portuguesa suspendem unilateralmente as entradas de trabalhadores migrantes e, em seguida, criam incentivos diversos ao retorno ao país de origem (Poinard, 1983; Stahl *et al.*, 1982). Nos anos 1980, já teriam regressado 500.000 dos portugueses emigrados entre 1960-1980, principalmente dos países da então CEE, numa média anual de cerca de 2.500 entre 1961-1965, passando para 14.000 no segundo quinquénio dessa década (Amaro, 1985: 356). Estes regressos explicavam-se como sendo “motivados pelo encerrar lógico de um projeto de emigração e uma vez realizados os objetivos visados na partida, pelo menos a um nível que já torna insuportáveis e escusados os sacrifícios impostos pela separação da terra, dos familiares e dos amigos, pelo tempo já passado e pela solidão vivida, apesar de tudo, no estrangeiro” (Amaro, 1985: 357). Na amostra do estudo feito a cerca de 700 regressados, 71% de inquiridos enviavam metade ou mais do seu salário para Portugal durante o período em que estavam emigrados, e cerca de 1/4 tinham deixado o cônjuge em Portugal (Amaro, 1985), o que significa uma importante ligação com o país de origem. Sublinha-se que o regresso estará tendencialmente mais presente nas perspetivas do emigrante quando se mantém a ligação familiar à origem, do que quando já existe o reagrupamento familiar feito ou a família está junta desde o início do projeto migratório (Amaro, 1985).

Para a maioria dos emigrantes regressados no fim deste ciclo migratório, a emigração foi uma história de sucesso. Uma casa, mais dinheiro no banco, um carro, um pequeno negócio ou um restaurante, a possibilidade de a mulher se tornar dona-de-casa, o regresso à região de origem e um aforro ou poupanças foram uma garantia de uma mobilidade social acima da média. Para a economia do país, o nível dos seus contributos foi mínimo. A larga maioria dos regressados ou eram analfabetos (12%), ou não possuíam qualquer grau de escolaridade (24%) ou tinham concluído apenas o ensino básico (56%). Apenas 59% dos regressados optaram pela vida ativa, pelo que a maioria destes regressados vão trabalhar na agricultura ou no pequeno comércio por conta própria (cafés, restaurantes, mercearias constituem os exemplos mais visíveis (Baganha e Góis, 1998-1999).

As Estatísticas do Movimento da População do Instituto Nacional de Estatística (INE) não possuem dados detalhados e atualizados sobre o retorno dos emigrantes que nos permitam comparar diferentes vagas de retorno e as suas características. Existem, no entanto, estimativas sobre o retorno, para os períodos 1973-81 e 1979-81 e é possível obter dados retroativos a partir dos 3 últimos censos (1991, 2001, 2011) que nos remetem para os períodos intercensitários imediatamente anteriores. Michel Poinard (1983) estimou os regressos definitivos entre 1960 e 1980 em 25 a 30 mil por ano, média anual que na década seguinte terá descido para 24 mil. O período de maior retorno parece ter ocorrido na primeira metade dos anos oitenta. Custódio Cónim (1984), recorrendo a informações estatísticas dos países da CEE, chegou às seguintes estimativas sobre o retorno médio anual dos emigrantes portugueses: 14.000, no período 1966-70; 37.000 no período 1961-75; 45.000 no período 1975-80. (Rato, 2001). A equipa coordenada por Manuela Silva (Silva *et al.*, 1984: 59) estimou em 209 mil os regressos entre 1980-1985, ou seja, uma média anual de 42 mil regressos, média anual muito superior aos 25 a 30 mil que se estimam tenham regressado durante a década anterior<sup>8</sup>. O estudo de Maria José Carrilho (1991) estimou o número médio anual de emigrantes retornados, entre 31 de Dezembro 1977 e 31 de Dezembro de 1981 em 51.280.

<sup>8</sup> Sobre o tema do regresso ver ainda Stahl *et al.*, 1982; Silva *et al.*, 1984; Ferreira *et al.*, 1984; e Baganha, Ferrão e Malheiros *et al.*, 1998.

A metodologia para obtenção de dados demográficos sobre o retorno é relativamente simples quando se conhece o incremento da população total residente com rigor. Tendo a população residente total, se lhe deduzirmos o saldo demográfico natural (total de nados-vivos menos o total de óbitos) e o fluxo líquido de imigrantes, obtemos o fluxo líquido de emigrantes. Subtraindo a este último o fluxo de emigrantes permanentes, obtemos um valor residual que corresponde ao fluxo de retorno dos emigrantes. Aplicando esta metodologia e utilizando os dados das Estatísticas Demográficas do INE de 1997 e 1998, Helena Rato (2001) estimou o fluxo de retorno do ano de 1998 em 32.248 indivíduos (Rato, 2001). Em relação aos períodos intercensitários Isabel Oliveira e colegas (2016) apontam para um aumento relativo do número de regressos desde os anos 80 correspondendo a 231.242 indivíduos regressados no período entre 1981 e 1990; a 227.434 indivíduos regressados entre 1991 e 2000; e a 233.221 indivíduos regressados entre 2001 e 2010 (oliveira et al, 2016). Os números, não sendo exatos, dão-nos uma perspetiva sobre as tendências estruturais do retorno da emigração portuguesa que corresponde, em qualquer caso, a uma percentagem significativa das partidas que ocorreram nos mesmos períodos.

Sobre os regressos recentes em consequência da recente vaga de emigração já existe alguma produção científica em que se abordam ou analisam intenções de regresso em análises mais globais sobre a emigração (Correia, 2015; Peixoto, 2016; Pereira, Pinto e Pires, 2015) ou em que se evidenciam estes regressos (Oliveira et al., 2016).

Assim, sobre as atitudes e expectativas em relação a um eventual regresso a Portugal, em 32 entrevistas a portugueses entre os 25 e os 55 anos a residir no estrangeiro (Correia, 2015), evidencia-se que a maioria dos entrevistados (27/32) não tem perspetivas de voltar a curto ou médio prazo (Correia, 2015: 54). A autora acrescenta que “são tendencialmente os inquiridos mais jovens e com grau de instrução mais elevado que se mostram mais dispostos a considerar um eventual regresso” (Correia, 2015: 54). A principal razão apontada para a permanência corresponde à percepção de que os inquiridos não conseguiriam ter em Portugal o mesmo nível de vida que conseguem no estrangeiro (Correia, 2015: 55).

Verifica-se a tendência para o regresso ser adiado para um horizonte temporal distante, uma possibilidade relegada para a fase em que os inquiridos estejam já fora da vida ativa (Correia, 2015: 55). Ao pensar nestes adiamentos do regresso, que se observam em respostas de uma parte dos inquiridos sempre que se perguntam as intenções em relação ao mesmo, lembramo-nos do “eterno mito do retorno” (Monteiro, 1994; Bolognani, 2007), ou seja, “uma inclinação do pensamento que forma o comportamento e produz certas estratégias de ação, mas é difícil de executar” (Bolognani, 2007: 64). Também significará que os migrantes que proferem as intenções de regresso o desejam, mas não estão preparados para regressar, na perspetiva de Cassarino (2004).

Uma conclusão importante, e que propositadamente salientamos aqui, é o facto de a maioria dos inquiridos não conhecer medidas de incentivo ao regresso de emigrantes, o que a autora considera que pode estar na origem do desinteresse no regresso no curto prazo (Correia, 2015: 60). Confirma-se, deste modo, a necessidade da introdução da dimensão de veiculação de informação sobre o país aos emigrantes, quando se pretende promover o retorno. De outra forma, os emigrantes, desconhecendo as iniciativas existentes, não as incluem na escolha racional sobre o regresso.

Numa investigação recente sobre a nova emigração portuguesa com base em questionários realizados *online* e presencialmente, foram incluídas questões relativas ao retorno (Peixoto e outros, 2016). Tomando em consideração toda a amostra, 1/3 afirma não pretender regressar a Portugal, e outro tanto manifesta-se indeciso (Peixoto e outros, 2016: 296). Esse valor desce se tomadas individualmente as amostras de inquiridos residentes em alguns países europeus: 17,7% no caso do Reino Unido, 15,6% para França, 18,5% no caso do Luxemburgo (Peixoto e

outros, 2016: 165), independentemente da ligação a Portugal se pautar pela manutenção, em todos os casos, de contactos regulares com o país, mas explicado pela descrença no futuro do país. Saliente-se que este inquérito foi realizado no âmbito de um projeto de investigação que decorreu entre 2013-2015, portanto plenamente enquadrado pelos anos de maior austeridade e impacto das políticas de restrição orçamental em Portugal.

Num inquérito a 349 enfermeiros portugueses residentes no estrangeiro (Pereira, Pinto e Pires, 2015) 43% respondem que tencionam voltar para prosseguir a carreira e cerca de 1/3 refere que pretendem retornar apenas quando se reformarem. No conjunto, uma minoria (23,4%) indica que não pretende voltar a Portugal.

Sobre regressos efetivos, Oliveira e outros (2016) analisam quantitativamente a evidência de 233 mil regressos entre a década de 2001 e 2011, com base nos resultados à pergunta dos censos “alguma vez residiu fora de Portugal por um período contínuo de pelo menos um ano?”, complementada com a do país de residência anterior e por outra sobre qual o ano de entrada em Portugal, para quem respondia afirmativamente (Oliveira e outros, 2016: 18). Neste estudo, os autores concluem que houve 20 mil regressados por ano na década 2001-2011, e que é de França que mais retornam, seguida de longe pela Suíça, Espanha, Reino Unido e Alemanha, cinco países que totalizam cerca de 70% dos pontos de partida para o regresso a Portugal. Os autores também pretendem enfatizar novas lógicas de mobilidade que apontam não para regressos definitivos, mas para lógicas de circulação migratória entre Portugal e os países de destino.

Em termos de caracterização sociodemográfica, os autores referem que seguem um perfil genericamente semelhante ao da população portuguesa, e que não há um predomínio de qualificações no conjunto, embora tal difira consoante os países analisados e o período da emigração, pois há uma tendência para os emigrantes das gerações mais antigas apresentarem um nível mais baixo de escolaridade (Oliveira e outros, 2016: 22). Com base nos resultados das taxas de regresso, ou seja, tendo em conta a probabilidade de um emigrante português, que residia durante a década passada num país estrangeiro, regressar nessa década a Portugal (Oliveira e outros, 2016: 27), os autores afirmam que os países com maiores taxas de regresso são também aqueles em que se sabe que a emigração é relativamente recente, como o Reino Unido ou Espanha, o que sugere migrações de menor duração mas onde a população era jovem e tinha elevadas taxas de desemprego.

Um destaque deve ser feito, ainda, para a investigação sobre a mobilidade de cientistas (Delicado, 2010; Fontes, 2007). Delicado (2010), assinala uma tendência de regresso, pois 29% dos cientistas doutorados tiveram os seus doutoramentos feitos no estrangeiro e cerca de 70% integra-se no sistema universitário público. O sucesso desta inserção explica-se por “a maioria dos investigadores que partiram para o estrangeiro, sobretudo nas décadas de 70 e 80, terem um contacto prévio com uma instituição portuguesa (de ensino, de investigação ou outra, pelo que o regresso estava assegurado” (Delicado, 2010, 191). Fontes (2007) concluiu que a maioria dos cientistas entrevistados pretendia, pelo menos até ao momento do estudo, continuar a residir no estrangeiro. Mas também refere que esta opinião sobre o regresso se deve, mais ao conhecimento sobre as dificuldades que se esperam no país de origem, do que à falta de vontade de voltar a Portugal.

Apenas uma última referência à investigação que se desenvolve em torno do que King e Christou (2011) designam como “retorno étnico”. Nesta estudam-se as questões relativas ao sentimento de pertença de luso-descendentes do Canadá, e aos desejos anteriores às suas vindas para Portugal, que então migram para onde são originários ancestralmente, mas onde nunca tinham vivido (por exemplo, Cairns, Sardinha e Tiesler, 2014; Sardinha, 2014).

5.

## 5. Metodologia usada na recolha de informação quantitativa primária

### 5.1 Definição do grupo alvo

O projeto Empreender 2020 procurou realizar um levantamento dos emigrantes detentores de competências técnicas e científicas e avaliar o seu potencial de retorno. Neste sentido, foi definido como grupo alvo a inquirir os cidadãos de nacionalidade portuguesa ou nascidos em Portugal com um nível de escolaridade pós-secundário (nível 4 da classificação internacional normalizadas da educação, ISCED). Em termos etários foi definido como critério ter entre 20 e 49 anos para poder participar no inquérito.

### 5.2 Amostragem e estratégias de amostragem

Dada a inexistência de uma base de onde extrair os indivíduos a inquirir, foi adotado um procedimento que, ainda que não garantisse a aleatoriedade dos respondentes, permitiu obter dados relevantes para o estudo e proporcionar uma amostra com a heterogeneidade necessária ao mesmo. Neste sentido, procedeu-se à diversificação das fontes de recrutamento dos inquiridos e a uma multiplicidade de procedimentos de divulgação do inquérito de modo a alcançar o máximo possível de indivíduos que satisfizessem os critérios de inclusão na amostra (cf. secção seguinte). Apesar dos diferentes procedimentos de amostragem usados para recrutar inquiridos, não é possível afirmar que a amostra obtida seja aleatória. Ainda assim, o número de inquéritos realizados e a heterogeneidade dos respondentes permite afirmar que se trata de uma amostra ilustrativa da emigração portuguesa recente (em particular da sua componente mais qualificada, a qual constituiu o grupo alvo do estudo).

### 5.3 O inquérito *online*

O público-alvo do estudo reside no estrangeiro. Devido ao seu potencial efeito multiplicador, o inquérito foi colocado *online* com o objetivo de alcançar o maior número de inquiridos e abranger os países de residência representativos da emigração portuguesa.

A estratégia de divulgação do inquérito *online* consistiu no empreendimento de três tipos de ações. Numa primeira etapa, foram enviados e-mails a associações de portugueses residentes no estrangeiro, solicitando que divulgassem o inquérito nas suas páginas de *Facebook* e/ou que enviassem o respetivo *link*, através de e-mail, aos seus associados. Tivemos a preocupação de incluir, entre estas, as associações de profissionais com habilitações supe-

riores residentes nos países com maior emigração portuguesa e/ou com maior número de emigrantes portugueses, precisamente para aceder à população alvo a inquirir. Estão nesta situação associações como a PARSUK (Portuguese Association of Researchers and Students in UK), a AGRAFr (Associação de Graduados Portugueses em França), a ASPPA (Associação de Pós-Graduados Portugueses na Alemanha), a APEI BeLux (Associação Portuguesa de Estudantes e Investigadores na Bélgica e Luxemburgo) ou a PAPS (Portuguese American Post-Graduate Society).

Complementarmente, foram sendo visitadas páginas de *Facebook* de associações de que não tínhamos obtido endereços de e-mail, mas que, de forma impressiva, revelassem acesso a portugueses com habilitações ao nível do pós-secundário, e foi sendo pedida a divulgação do *link* do inquérito.

Uma terceira via consistiu na disseminação do inquérito entre as nossas redes pessoais e profissionais, pedindo que remetessem o *link* do inquérito aos amigos e familiares que correspondessem ao perfil do estudo, ou seja, portugueses/nascidos em Portugal, com habilitações ao nível do pós-secundário, residentes no estrangeiro. Em alguns destes casos também houve colocação do *link* do inquérito nas páginas de *Facebook* pessoais.

A quarta estratégia utilizada foi a disseminação do inquérito a partir de bases de dados de e-mails de anteriores projetos sobre a recente emigração portuguesa. Os *mails* foram personificados e continham um convite à participação, tendo resultado numa muito elevada resposta e consolidando a amostra total. Em conjunto, a diversificação das redes sociais e a construção de um grupo diversificado de respondentes permitiu ir ao encontro dos objetivos iniciais de consolidação de uma amostra robusta e capaz de informar o estudo através de uma caracterização da recente emigração jovem e qualificada e dos seus desejos de retorno, de retorno empreendedor e de retorno investidor.

## 5.4 O questionário sobre o regresso

O questionário sobre o regresso compõe-se de três blocos de questões. O primeiro conjunto de questões destina-se à caracterização sociodemográfica do inquirido e nele se pergunta a idade, o sexo, o distrito e concelho onde residia, o país em que reside atualmente, e desde quando, as habilitações académicas e a área de formação. Este conjunto de questões permite ter acesso à caracterização etária da amostra e ao perfil de qualificação dos emigrados. Também permite conhecer a localização geográfica do emigrante na partida e na chegada, e possibilita colocar hipóteses relativamente à área para onde retornará e onde poderá investir, caso seja essa a sua pretensão.

O segundo bloco de perguntas tem como objetivo conhecer as motivações para a saída de Portugal, o tipo de integração no mercado de trabalho no país de residência, os fatores de influência favorável e desfavorável para a decisão de regresso, o período em que se prevê que este se realize e a forma como se percebe a avaliação da trajetória na integração do mercado de trabalho em Portugal. Este bloco de questões é fundamental para aventar os cenários de regresso dos emigrados e quais os períodos em que estes se concretizam. É possível também relacionar as intenções de regresso com outras características dos emigrantes e perceber quais as variáveis que parecem explicar os propósitos diferentes em relação ao regresso.

O terceiro grupo de perguntas é relativo ao perfil empreendedor e à expectativa de investimento em negócio em Portugal (se gostaria, quando e quais os aspetos a que atribui importância na criação de empresas no país). Com

o tema do empreendedorismo pretende-se aferir qual o potencial de investimento e de desenvolvimento dos emigrantes inquiridos e quais os fatores que estes consideram mais importantes para a implementação de um possível negócio em Portugal aquando do regresso.

## 5.5 Mérito e limites do estudo

O estudo tem um enfoque nas intenções/expectativas de regresso e não em regressos efetivos. Quando estudados os regressos efetivos, um primeiro pressuposto é o de que os migrantes sabem o que os motivou e poderão enunciá-lo quando tal lhes é perguntado (Gmelch, 1980). No entanto, pode existir uma racionalização posterior sobre as motivações que lhe estiveram subjacentes e, deste ponto de vista, há vantagem no estudo das intenções ou das expectativas.

Metodologicamente, o facto de o estudo se basear num questionário colocado *online* tem a vantagem de chegar a uma parte considerável da população emigrada que, de outra forma, nomeadamente através da aplicação de questionários em papel, dificilmente conseguiria ser acedida. É praticamente certo que, atualmente, o acesso à internet faz parte da vida dos novos migrantes, pois é uma plataforma de contacto com familiares e amigos no país de origem, e, por isso, a possibilidade de poderem responder por este meio ao questionário não ficaria comprometida. Contudo, em populações com outras características, este tipo de metodologia deverá ser utilizado com mais cautela.

Uma primeira limitação do estudo das intenções e expectativas de regresso corresponde a não se poder impedir a intervenção de fatores externos entre o que é dito nas intenções de regresso e o regresso efetivo. Serão precisos mais estudos para fornecer resultados conclusivos sobre a ligação entre as intenções e ações consequentes com base nessas intenções.

Não podemos escamotear, também, o facto de não conhecermos a dimensão exata do universo em estudo, ou seja, quantos dos emigrantes portugueses ainda residentes no estrangeiro têm habilitações de nível pós-secundário. Não é, assim, possível ajustar a amostra a eventuais erros de cobertura, o que limita a possibilidade de realizar, a partir da amostra, inferências para toda a população emigrante. A análise realizada sobre a amostra refere-se, por isso, apenas aos indivíduos inquiridos, não sendo legítima a extrapolação dos resultados obtidos para todo o universo. Apesar desta limitação, é de admitir que a extensão da amostra obtida e os procedimentos de recrutamento usados, permitiram construir uma base de respostas ilustrativa da recente emigração portuguesa qualificada.

6.

## 6. Análise dos resultados do inquérito

### 6.1 Características demográficas

Ao questionário responderam 1.140 inquiridos, tendo os mais velhos nascido em 1967 (50 anos este ano) e o mais novo em 1995 (22 anos este ano).

Em termos de grupos etários, verifica-se que mais de 1/3 da população inquirida é jovem e tem entre 30 e 34 anos e 1/4 situa-se no grupo etário seguinte (entre 35 e 39 anos) (quadro 6.1). Mais de metade da população tem até 34 anos.

Quadro 6.1 - Emigrantes portugueses respondentes, por grupo etário

Grupos etários	N	%	% acumulada
<b>Total</b>	<b>1.140</b>	<b>100,0</b>	
22-24 anos	33	2,9	2,9
25-29 anos	193	16,9	19,8
30-34 anos	409	35,9	55,7
35-39 anos	300	26,3	82,0
40-44 anos	150	13,2	95,2
45-50 anos	55	4,8	100,0

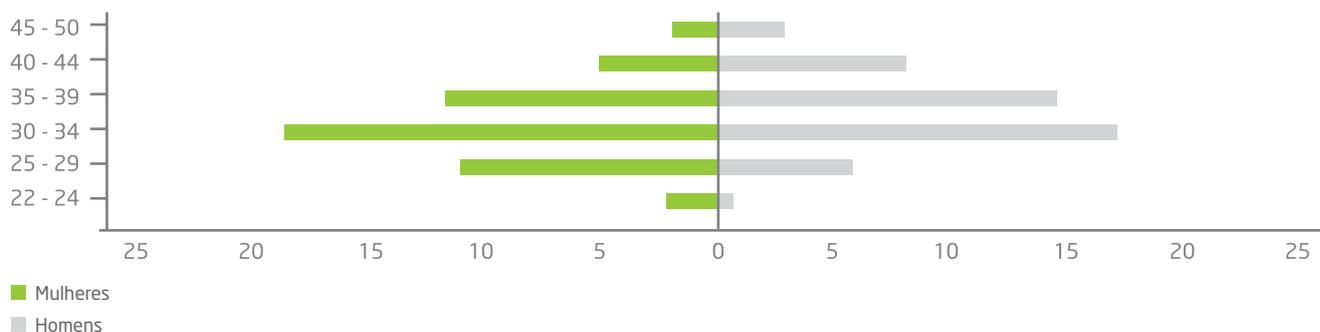
O conjunto dos inquiridos distribui-se muito uniformemente pelos dois sexos, com uma ligeira predominância das inquiridas (50,6%, quadro 6.2).

Quadro 6.2 - Emigrantes portugueses respondentes, por sexo

Sexo	N	%
<b>Total</b>	<b>1.140</b>	<b>100,0</b>
Feminino	577	50,6
Masculino	563	49,4

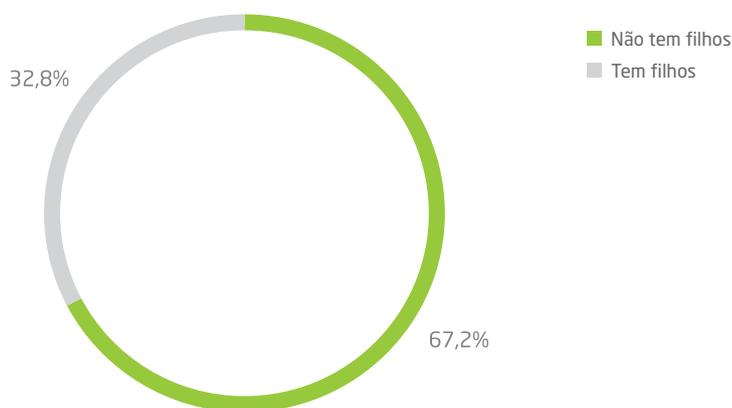
Quando observamos a pirâmide etária<sup>9</sup> da amostra, verificamos que, por grupo etário, a distribuição sexual dos inquiridos não é tão equilibrada quanto se tomada em conjunto. Assim, nota-se que nos dois grupos mais jovens há mais mulheres do que homens, sendo uma tendência que se inverte nos dois grupos mais velhos. Nos dois grupos do meio, a distribuição é equilibrada.

Figura 6.1 - Pirâmide etária dos inquiridos (N=1.140)



A maioria dos inquiridos<sup>10</sup> não tem filhos, como se pode observar pela figura 6.2. Apenas cerca de 1/3 tem descendência.

Figura 6.2 - Descendência dos inquiridos (N=1.118)



9 Não tendo havido respondentes com menos que 22 anos, nem com mais de 50, a pirâmide não inclui os grupos etários todos.

10 As figuras têm a indicação do N porque nem todas as perguntas foram respondidas pela totalidade dos inquiridos.

## 6.2 Espaços e tempos da (e)migração

Como já foi referido no capítulo de revisão da literatura existente, os emigrantes que regressam tendem a fixar-se nas localidades de onde haviam saído, razão pela qual é importante analisar a estrutura geográfica da residência anterior, ou seja, o espaço da emigração dos inquiridos. Pensando nos impactos sobre o desenvolvimento regional, será, portanto, nestas regiões que se devem pensar estes impactos em caso de regresso. Esta tendência mostra que há regiões que terão sido as mais penalizadas com as saídas e, concomitantemente, pelo menos em termos de tendência, será para estas regiões que ocorrerá o regresso.

Da observação da distribuição geográfica da residência anterior à saída (quadro 6.3), sobressai que todos os distritos do continente estão representados (incluindo as ilhas, representadas por alguns respondentes com última residência nos arquipélagos dos Açores e da Madeira) e que Lisboa, com 40% do total de inquiridos a ter tido aí residência antes de emigrar, se destaca no topo da lista dos distritos. A uma distância grande, com 18,7%, está o distrito do Porto. Estes resultados incidem sobre a residência, e tal não significa que a naturalidade dos inquiridos siga a mesma regularidade. De facto, a residência anterior pode já ser um resultado de uma migração anterior (migração interna) para efeitos, por exemplo, de prosseguimento de estudos de nível superior.

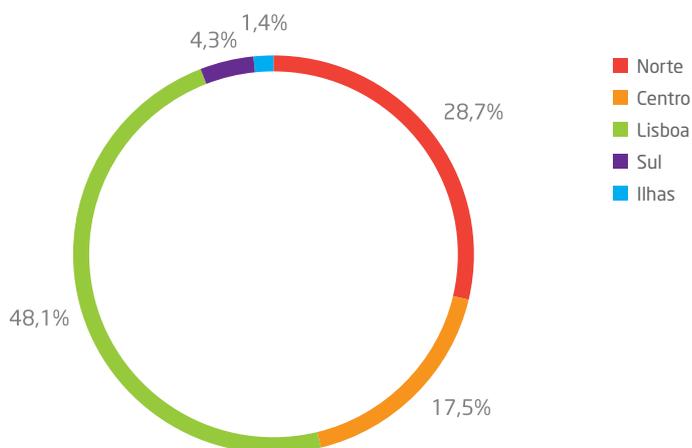
**Quadro 6.3** - Emigrantes portugueses, por distrito de residência anterior à saída (n=1.133)

Regiões	N	%
<b>Total</b>	<b>1.133</b>	<b>100,0</b>
Região Norte	325	28,7
Braga	77	6,8
Bragança	3	0,3
Porto	212	18,7
Viana do Castelo	20	1,8
Vila Real	13	1,1
Região Centro	198	17,5
Aveiro	51	4,5
Castelo Branco	7	0,6
Coimbra	78	6,9
Guarda	5	0,4
Leiria	37	3,3
Viseu	20	1,8

Regiões	N	%
<b>Total</b>	<b>1.133</b>	<b>100,0</b>
Região de Lisboa	545	48,1
Lisboa	453	40,0
Santarém	25	2,2
Setúbal	67	5,9
Região Sul	49	4,3
Beja	7	0,6
Évora	3	0,3
Faro	33	2,9
Portalegre	6	0,5
Ilhas	16	1,4
Açores	8	0,7
Madeira	8	0,7

A análise por regiões de residência confirma a mesma tendência e Lisboa posiciona-se com uma grande vantagem à frente, seguida pelas regiões Norte e Centro (figura 6.3).

Figura 6.3 - Emigrantes portugueses, por regiões de residência anterior à saída (n=1.133)



Para compreendermos que emigrantes estão em causa neste estudo e quais as condições estruturais em que avaliam a possibilidade de regresso, é importante conhecer os países onde se encontram (quadro 6.4). Só assim poderemos pôr hipóteses relativamente aos fatores estruturais que influenciaram a emigração e dos que são ponderados numa opinião sobre o regresso (por relação ao contexto português e ao país de acolhimento). Por outras palavras, apenas assim podemos pôr em relação os fatores de repulsão-atração na emigração, e perceber esta relação numa perspetiva de regresso.

Quadro 6.4 - Emigrantes portugueses, por país de residência (10 principais)

País de residência	N	%
<b>Total</b>	<b>1.134</b>	<b>100,0</b>
Alemanha	106	9,3
Bélgica	56	4,9
Brasil	47	4,1
Espanha	50	4,4
Estados Unidos da América	33	2,9
França	73	6,4
Holanda	69	6,1
Luxemburgo	39	3,4
Noruega	32	2,8
Reino Unido	326	28,7
Suíça	59	5,2
Outros (51 países)	244	21,5

Alguns países com mais emigrados, ou de maior emigração atual, têm lugar nesta lista. Referimo-nos ao Reino Unido, França, Brasil, Suíça, Alemanha... O Reino Unido tem a maior representação na lista, com 28,7% de respondentes que aí residem, e é seguido pela Alemanha, com 9,6%, e a França, com 6,4%.

Fora dos 10 principais países de resposta nesta amostra, mas com lugar no conjunto dos principais países com portugueses emigrados, encontra-se, por exemplo, o Canadá (1%).

Na análise das intenções de regresso, além do espaço da emigração também o tempo de permanência é um indicador fundamental para avaliar o tipo de relação que os migrantes têm com o país de origem e a forma como avaliam o regresso. Quem retorna a casa, fá-lo normalmente nos primeiros cinco anos (Dustmann e Weiss, 2007; OCDE, 2008; Thomas-Hoppe, 1999). Num estudo sobre o retorno de jamaicanos reforça-se que, no caso dos migrantes que exercem profissões qualificadas, a permanência além de cinco anos diminui a probabilidade do retorno sem haver incentivos para tal (Thomas-Hope, 1999).

Aqui observamos que, em 2% dos casos, as entradas nos países de receção ocorreram já em 2017, o que é (mais) um indicador de que a emigração portuguesa está ativa. Mais de metade dos emigrantes que responderam a esta questão chegaram depois de 2011. O ano que congrega uma maior proporção de chegadas ao país de residência é o ano de 2012 (com 18%). Ou seja, é o ano em que os emigrantes residem no país de acolhimento há exatamente os cinco anos referidos no exemplo do estudo anterior. O ano mais antigo de chegada é 1981 e o mais recente, como referimos, é o de 2017. Uma esmagadora maioria chegou após o ano 2000, o que não surpreende tendo em conta que a amostra é constituída por uma população bastante jovem. O acréscimo entre os anos de 2011 e de 2016 não pode apenas ser explicado pela crise económica e financeira em Portugal, mas, como será expectável, encontra nestes anos condições para uma maior aceleração.

Quadro 6.5 - Emigrantes portugueses, por ano de chegada (n=1.117)

Ano de chegada	N	%	% acumulada
<b>Total</b>	<b>1.117</b>	<b>100,0</b>	
1981	1	0,1	0,1
1983	2	0,2	0,3
1984	1	0,1	0,4
1985	1	0,1	0,4
1991	1	0,1	0,5
1994	3	0,3	0,8
1995	1	0,1	0,9
1996	3	0,3	1,2
1998	2	0,2	1,3
1999	2	0,2	1,5
2000	3	0,3	1,8
2001	10	0,9	2,7
2002	4	0,4	3,0
2003	9	0,8	3,8
2004	15	1,3	5,2
2005	19	1,7	6,9
2006	33	3,0	9,8
2007	45	4,0	13,9
2008	54	4,8	18,7
2009	66	5,9	24,6
2010	62	5,6	30,2
2011	109	9,8	39,9
2012	201	18,0	57,9

Ano de chegada	N	%	% acumulada
<b>Total</b>	<b>1.117</b>	<b>100,0</b>	
2013	165	14,8	72,7
2014	84	7,5	80,2
2015	96	8,6	88,8
2016	101	9,0	97,9
2017	24	2,1	100,0

Fazendo a análise por intervalos de permanência agregados de cinco em cinco anos, nota-se que uma grande maioria de inquiridos está emigrada há cinco ou menos anos e 30% reside no estrangeiro há pelo menos 6 anos, mas há menos que 11. A amostra inclui uma percentagem pequena de quem reside fora há pelo menos 11 e até 15 anos. A julgar pela hipótese dos cinco anos, poderíamos dizer que 60,1% teria mais probabilidade de regressar, entretanto, do que os restantes inquiridos.

Quadro 6.6 - Emigrantes portugueses, por período de permanência no país de residência

Período de permanência	N	%
<b>Total</b>	<b>1.117</b>	<b>100,0</b>
Cinco ou menos anos	671	60,1
Entre 6 e 10 anos	336	30,1
Entre 11 e 15 anos	110	9,8

### 6.3 Características socioprofissionais

No conjunto das respostas ao questionário sobre as habilitações, sendo verdade que as pós-secundárias eram condição necessária para os requisitos de preenchimento, poderia ter-se verificado uma distribuição mais favorável ao 12º ano do que a efetivamente verificada. Uma explicação para este tipo de distribuição pode ser encontrada na forma (*online*) de preenchimento do inquérito que coarctava a capacidade e aleatoriedade de recolha de informação de um Universo amostral muito disperso. Encontra-se uma elevada proporção das habilitações superiores, como a licenciatura de 4-5 anos (31%), o mestrado (38%) e o doutoramento (16%). No total, estes três graus de escolaridade representam 85% do total da população inquirida (quadro 6.7).

Quadro 6.7 - Emigrantes portugueses, por grau de escolaridade concluído

Escolaridade	N	%
<b>Total</b>	<b>1.140</b>	<b>100,0</b>
Ensino Secundário (12º ano; 7º ano)	61	5,4
Bacharelado/ licenciatura de 3 anos	109	9,6
Licenciatura de 4-5 anos	354	31,1
Mestrado (inclui Mestrado Integrado)	434	38,1
Doutoramento	182	16,0

Relativamente às áreas de formação<sup>11</sup>, identificamos, num N=1.089, uma proporção elevada de engenharias (15%), biologia e bioquímica (10,6%), ciências informáticas (4,9%), arquitetura e construção (4,7%), e economia (4%) como as principais áreas de formação dos respondentes.

No que respeita ao enquadramento profissional, a grande maioria dos respondentes está integrada no mercado de trabalho, pois cerca de 80% estão empregados e também é elevada a proporção dos que têm contrato sem termo (60% do total). Esta informação é muito significativa, como veremos, na perceção sobre o regresso.

Quadro 6.8 - Emigrantes portugueses, por situação perante o trabalho

Situação perante o trabalho	N	%
<b>Total</b>	<b>1.097</b>	<b>100,0</b>
Empregado/a (contrato sem termo)	657	59,9
Empregado/a (contrato a termo)	226	20,6
Trabalhador/a por conta própria (sem empregados)	64	5,8
Empresário/a (com empregados)	31	2,8
Desempregado/a	14	1,3
Estudante	79	7,2
Outra situação	26	2,4

<sup>11</sup> A lista poderá ser consultada em anexo.

Para uma esmagadora maioria (cerca de 80%), as suas profissões são exercidas na área de especialização dos inquiridos. Trata-se de um dado importante, uma vez que assinala que, com a saída do país, os inquiridos não experimentaram, na maioria dos casos, uma mobilidade profissional descendente e que a emigração significou, por isso, a aderência a uma profissão enquadrável com a sua área de formação. Uma vez que nada foi questionado sobre a existência desta aderência antes da emigração não podemos afirmar que a emigração promoveu uma maior ou menor conciliação entre a formação dos inquiridos e a sua profissão.

**Quadro 6.9** - Emigrantes portugueses, por trabalho na área de especialização

Trabalha na área de especialização	N	%
<b>Total</b>	<b>1.095</b>	<b>100,0</b>
Sim	871	79,5
Não	224	20,5

É também uma maioria, embora menor (62,5%), a que já tinha oferta de emprego quando emigrou, como se observa no quadro seguinte.

**Quadro 6.10** - Emigrantes portugueses, por ter oferta de emprego (quando emigrou)

Já tinha oferta de trabalho	N	%
<b>Total</b>	<b>1.092</b>	<b>100,0</b>
Sim	683	62,5
Não	409	37,5

O que se reforça com o conjunto destes dados é que, em geral, os inquiridos estão bem integrados no mercado de trabalho dos países em que residem. Esta leitura poderia ser indicadora, quer de uma tendência de que assim pretendem permanecer, como de que pretendem regressar, porque, nos vários estudos sobre as intenções de retorno, não há consenso sobre o efeito da integração laboral no país de acolhimento sobre as perspetivas de retorno. Há trabalhos que afirmam que o mau desempenho no mercado de trabalho, entendido como o insucesso em obter o rendimento pretendido, adia a decisão de regresso, enquanto outros afirmam que salários melhores são o que atrasa essa decisão (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016: 118).

## 6.4 As motivações para a saída de Portugal

Os motivos que os inquiridos mais referiram para a saída de Portugal concentram-se, essencialmente, no facto de experimentarem um sentimento de anomia e pretenderem viver experiências diferentes. Os fatores mais referidos foram “não haver oportunidade de desenvolvimento profissional em Portugal”, “querer vivenciar uma nova experiência” e “não ver futuro no país”. Um pouco mais distante, mas também com importância, “querer melhorar a formação académica”.

Houve 31% de inquiridos que referiram querer melhorar a formação académica/estudar como motivação para a saída. Juntando essa informação, com os que referiram que emigraram por desejar ter uma experiência nova, podemos aventar hipóteses de que haverá emigrados que terão começado por ir para fora estudar antes da carreira profissional, eventualmente através do programa *Erasmus*. Isso mesmo se verificou num comentário a uma das perguntas, quando um emigrante refere que “Esta é apenas a etapa mais recente de um percurso que começou em 2001 com um *ERASMUS*”. Outros programas de internacionalização do capital humano (e.g. o *Inovcontacto*) contribuem também para a aceleração de projetos migratórios.

É de referir que 15% dos inquiridos estavam desempregados antes de emigrar. Tendo em consideração que uma parte muito significativa dos inquiridos saiu de Portugal nos últimos cinco anos, seria de esperar que houvesse um contingente relativamente elevado de indivíduos nesta situação.

Se, para muitos, a migração significava encontrar algo de novo (emprego, formação, etc.), podemos classificar quem indicou esta razão, através da tipologia de Peterson, como migração de inovação (Peterson, 1958: 258) (por oposição à migração conservadora e reativa à perda de condições que os migrantes pretendem obter).

Quadro 6.11 - Principais fatores de influência na emigração

Fatores	N	%
<b>Total</b>	<b>2.326</b>	<b>218,4</b>
Motivos familiares/reagrupamento familiar	81	7,6
Razões de saúde	1	0,1
Estava desempregado(a)	162	15,2
Estava empregado(a), mas o salário era muito baixo	203	19,1
Não tinha oportunidade de desenvolvimento profissional em Portugal	481	45,2
Quería melhorar a minha formação académica/profissional/estudar	331	31,1
A minha qualidade de vida era insatisfatória	177	16,6
Não via futuro para mim no país	430	40,4
Quería vivenciar uma nova experiência, uma nova aventura	460	43,2

Nota: a pergunta é de resposta múltipla, pelo que o total de referências excede o total da amostra.

## 6.5 As intenções de regresso

Quando inquiridos sobre o regresso (quadro 6.12), os emigrantes distribuem-se de forma sensivelmente equivalente pelas possibilidades de resposta, embora a que tenha menos adesão seja a opção de resposta “certamente regressarei e já tenho planos nesse sentido”. Essa opção teve apenas 8,4% de respostas. A resposta com mais peso no conjunto é a de que “não penso em regressar a Portugal”, com cerca de 35%, embora não esteja muito distante de uma resposta menos assertiva, a de que “provavelmente regressarei a Portugal”, com cerca de 34%, e na qual se posicionará quem ainda não tem opinião formada. Com 23%, surge a resposta de que “certamente retornarei, mas não tenho ainda planos nesse sentido”. Em suma, mais de metade dos inquiridos pensa retornar a Portugal, se considerarmos que 65% refere essa possibilidade, ainda que com um grau de certeza variado.

Perante estes resultados, é inevitável pensar na tese do mito do retorno e nas questões que se colocam nos processos de decisão e que formam “um concerto de temas a favor e contra a longínqua hipótese de um regresso sucessivamente adiado” (Monteiro, 1994: 28). O regresso ou a permanência, e as intenções que lhe estão subjacentes, são projetos que vão sendo reconstruídos. Como reconhecem Carling e colaboradores (Carling *et al.*, 2015), “as considerações dos migrantes sobre o regresso são tipicamente ambivalentes. Elas alteram-se ao longo do tempo e, frequentemente, têm pouco a ver com os planos de regresso efetivos”.

Quadro 6.12 - Emigrantes portugueses respondentes, opinião sobre o regresso

Opinião sobre o regresso	N	%
<b>Total</b>	<b>1.102</b>	<b>100,0</b>
Certamente regressarei a Portugal e já tenho planos nesse sentido	93	8,4
Certamente regressarei a Portugal, mas ainda não tenho planos nesse sentido	254	23,0
Provavelmente regressarei a Portugal	370	33,6
Não penso em regressar a Portugal	385	34,9

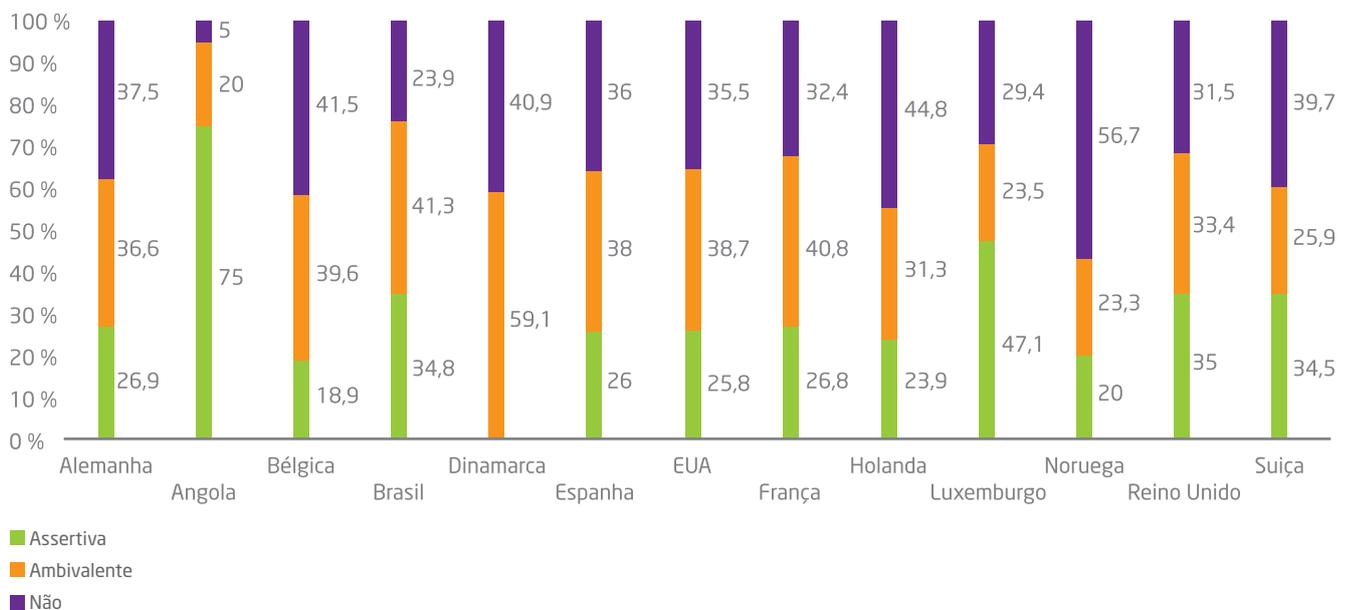
Analisamos agora as intenções de regresso seguindo a tipologia de desejos de regresso de Moran-Taylor e Menjívar (2005). Nesta, a “assertividade” equivale a “certamente irei regressar...” (agregando quem tem planos e quem não tem planos para tal), o “ambivalente” são as respostas de “provavelmente irei regressar” e o “não”, “não pensa regressar”.

Começamos com a análise das intenções de regresso por destino, admitindo que esta indicará algumas pistas no que respeita às condições estruturais e conjunturais dos países em causa (figura 6.4). Numa primeira análise, há mais países em que as respostas se dividem pelas três opções, do que outras situações. Na análise mais fina, encontramos detalhes interessantes a destacar e exceções à tendência geral.

Entre os respondentes de Angola, há uma representação elevada de inquiridos que assertivamente pretende regressar (75%) e uma proporção muito baixa de inquiridos com vontade de não regressar, sendo esta mesmo a mais baixa (5%). Tal poderá explicar-se pelas dificuldades atuais de transferência de divisas para Portugal e com

os consequentes problemas de pagamentos a empresas portuguesas a operar no país. Estes constrangimentos tornam mais complexa a permanência de emigrantes que tenham ligações com Portugal, em especial famílias nucleares separadas pela migração.

Figura 6.4 - Intenção de regresso, por país com <sup>3</sup> 20 inquiridos, % (N=1.099)



No outro polo, o país de residência com maior proporção de inquiridos a não pretenderem regressar é a Noruega (56,7%). Outro país nórdico, a Dinamarca, tem uma menor proporção de quem não pretende regressar, mas esta, ainda assim, é elevada (40,9%). A Dinamarca caracteriza-se por não ter representados inquiridos que não queiram regressar e pela maior representação de respostas ambivalentes.

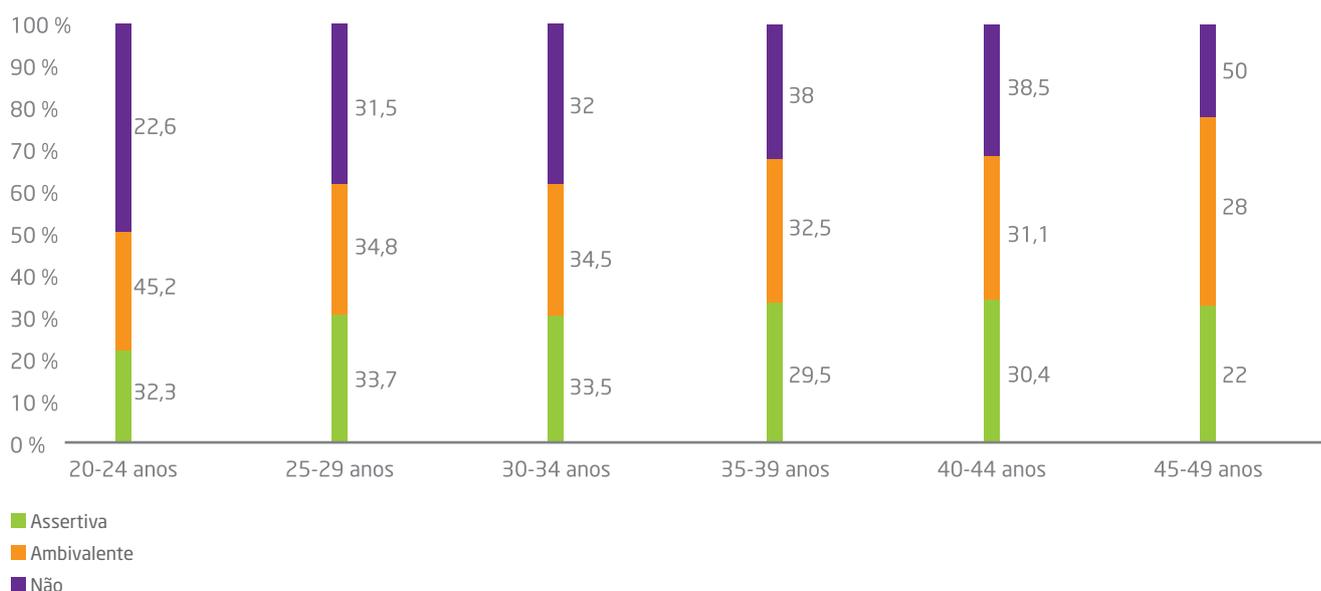
Outros países com representação elevada (entre 35% e 45%) de inquiridos que não pretendem regressar são a Holanda (44,8%), a Bélgica (41,5%), a Suíça (39,7%) e a Alemanha (37,5%). São países que combinam emigração histórica com emigração recente, e por isso também deverá encontrar-se alguma heterogeneidade na envolvente familiar dos migrantes (eventuais casamentos mistos, com autóctones, filhos já nascidos no país, etc.) que contribua para explicar esta maior tendência para a assertividade.

Os inquiridos residentes em países como França, Estados Unidos ou Espanha, têm uma distribuição semelhante e relativamente equilibrada pelas três modalidades de resposta. Quem reside no Luxemburgo tem uma proporção elevada de inquiridos com pretensão assertiva de regressar e, comparando com o Reino Unido, apenas se nota uma maior proporção de opiniões de ambivalência neste último. Os debates sobre a imigração que atravessam estes países, e mais diretamente a situação do *Brexit* no Reino Unido, poderão contribuir para estas opiniões.

No que diz respeito à variação das intenções de regresso por grupo etário, reparamos que, à medida que aumenta a idade, os inquiridos inclinam-se para a intenção de não pretender regressar a Portugal. No conjunto dos inquiridos com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, apenas 22,6% refere não pretender regressar; entre os 45

e os 49 anos, mais do dobro (50%) refere não ter intenção de voltar a Portugal. Esta diferença parece dever-se a uma maior proporção de opiniões ambivalentes entre os inquiridos mais novos (45,2% entre os 20 e os 24 anos) do que no grupo entre os 45 e os 49 anos (em que são apenas 28%). Os mais jovens (até aos 34 anos) apresentam, assim, uma maior expectativa de regresso ao país do que os grupos etários mais velhos.

Figura 6.5 - Intenção de regresso, por grupo etário, % (N=1.102)



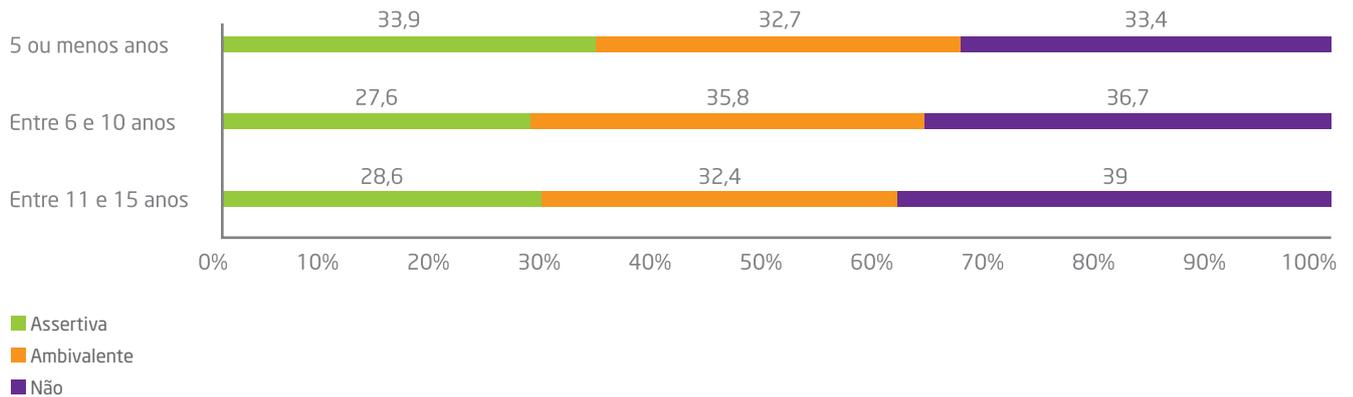
Apesar destes indicadores parecerem indicar a existência de uma relação entre a intensão de regresso e a idade, não é possível afirmar que exista uma correlação forte ou, mesmo, moderada, entre os diferentes projetos migratórios futuros e a idade. Ou seja, não é possível determinar estatisticamente (o coeficiente de correlação de Spearman aponta para a existência de uma relação fraca entre ambas as variáveis, ainda que estatisticamente significativa:  $r_s = 0,080$ ;  $p < 0,01$ ).

A relação da idade com a intenção de retorno foi revista por autores que indicam haver uma propensão maior para o regresso entre os mais novos e os mais velhos (Caro, Fernandez e Valbuena, 2016: 119), que aqui não se verifica. No caso dos inquiridos no âmbito do projeto Empreender 2020, a idade, por si só, não parece ser suficiente para explicar uma maior ou menor propensão para regressar, exigindo que se pense noutras variáveis como: a duração da migração, a etapa do ciclo de vida, do ciclo de migração e da trajetória profissional, em conjunto com fatores estruturais do país de residência e o contexto da sociedade portuguesa. Para demonstrar este cruzamento, refira-se que Jensen e Petersen, 2007, (citados em OCDE (2008: 175), estimam que a probabilidade de deixar o país (Dinamarca) desce nos primeiros 15 anos de residência, e depois cresce, refletindo o ciclo de vida dos migrantes e a propensão para regressar na reforma.

No caso em análise, também é possível notar que as intenções de regresso variam de acordo com o tempo de permanência que os inquiridos passaram no país de residência. Pelo que nos é dado verificar, confirma-se a tendência, já assinalada noutros estudos, de que, pelo menos em intenção, o regresso coloca-se no horizonte de quem reside fora há menos tempo. São 33,9% os que estão há menos tempo (há cinco ou menos tempo) e afirmam que

certamente regressarão, contra 28,6% de assertivos entre os que estão no país de residência há um período entre os 11 e os 15 anos. A proporção de inquiridos com opiniões ambivalentes é semelhante nestes dois grupos e só é ligeiramente superior no grupo intermédio. E, como seria de esperar pelo que se disse acima, a percentagem dos que não pretendem regressar aumenta na mesma direcção que o período de permanência fora de Portugal.

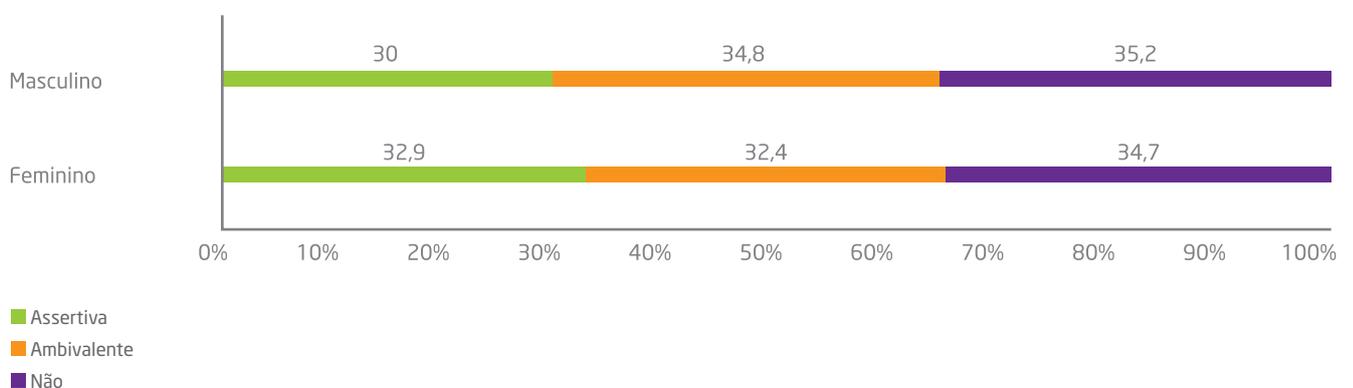
Figura 6.6 - Intenção de regresso, por período de permanência, % (N=1.087)



A importância da fronteira dos cinco anos coloca-se, em alguns casos, porque é esse o período necessário para obter autorizações de residência ou a nacionalidade do país de destino (OCDE, 2008: 174).

Em termos da distribuição por género, apenas poderemos verificar uma ligeira tendência para as mulheres serem mais assertivas e menos ambivalentes do que os homens, no que respeita à intenção de regresso (ver figura 6.7). Embora neste estudo se assinalem apenas tendências, reforça-se a opinião de que esta relação possa ser complexa e necessite de mais estudo (Waldorf, 1985: 131).

Figura 6.7 - Intenção de regresso, por sexo, % (N=1.102)



Nas respostas obtidas quanto ao período previsível para o regresso (N=713), a tendência mais assinalada é a de que o regresso não se apresenta como uma opção imediata, uma vez que 40,5% dos emigrantes inquiridos referem que apenas regressarão daqui a mais de cinco anos (quadro 6.13). Um pouco menos de 1/3 (27,2%) respondem que pretendem regressar daqui a mais de três anos e menos de cinco anos. A possibilidade que granjeia menos adesão é a de um regresso imediato (já no próximo ano), pois apenas 8,4% o referiu. O conjunto de respostas que afastam temporalmente o período previsível de regresso permite-nos aferir que uma parte importante dos inquiridos está a dizer-nos que não estará *preparada* para regressar, nomeadamente em termos de recursos e vontade (Cassarino, 2004: 271).

A perspetiva de que é necessária preparação para regressar permite pensar no movimento de regresso como um processo de mobilização de recursos que requer tempo. Ou seja, os migrantes podem manifestar o seu desejo de regressar, como aqui se verifica, sem que estejam preparados para tal, na medida em que a tomada de decisão e o regresso dependem de condições micro localizadas e individuais e de condições que se situam ao nível estrutural nas sociedades de origem e de destino, assim como de relações que se estabelecem e estabeleceram entre estas e o migrante (Cassarino, 2004: 272).

Por outro lado, se associarmos o regresso ao período da reforma, como já aconteceu noutros períodos da emigração portuguesa, já se conseguirá explicar esse adiamento em termos de intenção. Como exemplos, refira-se: a OCDE estimou a proporção de emigrantes portugueses que regressaram a Portugal entre 1995 e 2001 e identificou um grande aumento dessa proporção no grupo etário entre os 50 e os 55 anos (OCDE, 2008: 176).

**Quadro 6.13** - Emigrantes portugueses, por período previsível de regresso

Quando pensa regressar	N	%
<b>Total</b>	<b>713</b>	<b>100</b>
No próximo ano	60	8,4
Nos próximos 1 a 2 anos	88	12,3
Nos próximos 3 a 5 anos	194	27,2
Daqui a mais de 5 anos	289	40,5
Quando me reformar	82	11,5

Os fatores que têm influência no regresso foram perguntados em possibilidade de escolha múltipla (quadro 6.14). Para os inquiridos, são fatores de ordem pessoal os que mais influenciam/influenciarão o regresso a Portugal, como o “estar próximo de família e amigos”. Cerca de 71% dos inquiridos selecionou esta resposta e é a que se encontra no topo da lista. Esta ligação ao país de origem já foi estudada como um dos fatores de influência para o regresso, nomeadamente o facto de aí ter ficado o cônjuge ou filhos (Amaro, 1985; Constant e Massey, 2002).

Em seguida, mais de metade dos emigrantes (54,3%) identifica um fator de ordem profissional, as “oportunidades de carreira”, como tendo influência no regresso. O terceiro fator mais selecionado como influente para o regresso, está relacionado com a importância atribuída a fatores de ordem profissional e pessoal, porque afeta a forma como

se organiza a vida. Uma percentagem de cerca de 29% indica o “rendimento a auferir em Portugal”. Com valores muito semelhantes, de cerca de 27% de adesão, são indicados os fatores “oferta de emprego em Portugal” e a “oportunidade de desenvolver o meu próprio negócio em Portugal”.

Com tantos inquiridos com uma situação estável no país em que residem a opção sobre o final do contrato de trabalho como um fator de influência para o regresso não foi, como seria de esperar, muito seleccionada (5,7%).

**Quadro 6.14** - Principais fatores de influência no regresso

Fatores	N	% de casos
<b>Total</b>	<b>2.362</b>	<b>220,7</b>
Final do contrato de trabalho	61	5,7
Oferta de emprego em Portugal	288	26,9
Oportunidades de carreira em Portugal	581	54,3
Rendimento a auferir em Portugal	313	29,3
Motivos pessoais (estar próximo da família/amigos)	759	70,9
Dificuldades de integração no país em que resido atualmente	39	3,6
Oportunidade de desenvolver o meu próprio negócio em Portugal	287	26,8
Não me sinto realizado profissionalmente	34	3,2

Nota: a pergunta é de resposta múltipla, o total de referências excede o total da amostra.

Os fatores que, pelo contrário, funcionam como travões para o regresso, aproximam-se, de forma muito expressiva, dos motivos pelos quais os emigrantes saíram. Em geral, situam-se num nível macro e estão relacionados com a profissão e com a economia do país. O fator mais escolhido são as “poucas oportunidades de carreira”, pois mais de metade (57,8%) das respostas concentra-se nesse fator. Em seguida, com cerca de 52%, surge um fator macroestrutural relativo aos “baixos salários na minha profissão”. Em terceiro lugar, com 41,5% de respondentes a identificar esse fator como responsável pelo não regresso, o facto de haver “poucas oportunidades de emprego na minha área de experiência”. Com quase 40%, é apontado o fator “instabilidade económica” (quadro 6.15).

Quadro 6.15 - Principais fatores de influência em Portugal para o não regresso

Fatores	N	% de casos
<b>Total</b>	<b>1.786</b>	<b>100,0</b>
Baixos salários na minha profissão	413	51,7
Poucas oportunidades de carreira	406	57,8
Poucas oportunidades de emprego na minha área de experiência	292	41,5
Inexistência de oportunidades de formação avançada na minha área	32	4,6
Estar distante de importantes centros de investigação	39	5,5
Escassez de recursos financeiros e oportunidades para iniciar o meu negócio	97	13,8
Vida social e cultural de nível insatisfatório	34	4,8
Burocracias, ineficiências das organizações	201	28,6
Instabilidade económica	272	38,7

Nota: a pergunta é de resposta múltipla, o total de referências excede o total da amostra.

Sabendo que se trata de uma amostra qualificada, e que existe uma percentagem relativamente importante de intenções de regresso assertivas, o facto de os fatores com mais expressão ao nível do impedimento ao regresso se associarem aos que os emigrantes mais indicaram como razões para sair, explica o adiamento do período do regresso para uma época em que, eventualmente, não se verifiquem tão poucas oportunidades de carreira, baixos salários, oportunidades de emprego e em que a instabilidade económica seja superada. Dada a expressão destes resultados, podemos confirmar que, tendencialmente, verifica-se que é preciso haver condições estruturais que atraiam os qualificados para o regresso, tal como refere Thomas-Hope (1999). Para outros que não considerem esse aspeto importante, terá de haver outros incentivos, tais como programas, políticas públicas, de incentivo ao retorno. Nas expectativas relativamente ao empreendedorismo, são questões como estas que são apresentadas como fatores relevantes na prossecução de uma atividade empreendedora em Portugal.

## 6.6 A integração no mercado de trabalho após regresso

A forma como o emigrante que pretende reintegrar-se no mercado laboral percebe a sua mais-valia no mercado de trabalho nacional após a experiência de vida no estrangeiro é uma das componentes do processo de decisão e da avaliação sobre o regresso.

Sobre a forma como o mercado de trabalho avaliará os conhecimentos e as competências que o emigrante trará para Portugal após o regresso, os respondentes pronunciaram-se, maioritariamente, pela sua relevância. Por outras palavras, mais de metade dos que responderam a esta questão considera que a experiência no estrangeiro permite a obtenção de conhecimentos e competências relevantes para o mercado de trabalho português.

**Quadro 6.16** - Emigrantes por relevância de conhecimentos e competências trazidas do exterior pelo mercado de trabalho<sup>12</sup>

	N	%
<b>Total</b>	<b>707</b>	<b>100,0</b>
Nada relevante	14	2,0
Pouco relevante	92	13,0
Nem relevante nem irrelevante	64	9,1
Relevante	371	52,5
Muito relevante	166	23,5

No que diz respeito à valorização da experiência profissional obtida no estrangeiro (quadro 6.17), o conjunto dos inquiridos pronunciou-se com mais certeza quanto à relevância que esta terá na interação o mercado de trabalho português, pois aquela percentagem subiu para cerca de 80%.

**Quadro 6.17** - Emigrantes respondentes, por relevância da experiência profissional obtida no exterior

	N	%
<b>Total</b>	<b>705</b>	<b>100,0</b>
Nada relevante	11	1,6
Pouco relevante	69	9,8
Nem relevante nem irrelevante	62	8,8
Relevante	339	48,1
Muito relevante	224	31,8

As normas e os valores trazidos do exterior são um tema sobre o qual há menos consenso em comparação com os anteriores (quadro 6.18). Há 22% de inquiridos que considera serem pouco relevantes no mercado de trabalho português e cerca de 32% que têm uma posição indiferente relativamente a essa questão. Apenas 28% considera relevantes para a inserção no mercado de trabalho nacional as normas e os valores adquiridos com a experiência emigratória.

<sup>12</sup> Quadros 6.16 a 6.20 baseados na análise às respostas à questão “No caso de regressar a Portugal, como considera que o mercado de trabalho português irá avaliar os seguintes aspetos”.

Quadro 6.18 - Emigrantes por relevância das normas e valores trazidos do exterior

	N	%
<b>Total</b>	<b>704</b>	<b>100,0</b>
Nada relevante	48	6,8
Pouco relevante	157	22,3
Nem relevante nem irrelevante	223	31,7
Relevante	198	28,1
Muito relevante	78	11,1

Os métodos de trabalho trazidos do exterior têm uma distribuição nas tomadas de posição sobre a relevância para o mercado de trabalho nacional ainda mais valorizada do que a dimensão anterior (quadro 6.19). Ou seja, cerca de 1/4 dos emigrantes não toma posição sobre a importância desta dimensão, subindo para 39,7% a proporção dos que consideram ser relevante. Também sobe para 14,5%, a percentagem dos que considera ser muito relevante.

Quadro 6.19 - Emigrantes por relevância dos métodos de trabalho trazidos do exterior

	N	%
<b>Total</b>	<b>705</b>	<b>100,0</b>
Nada relevante	34	4,8
Pouco relevante	130	18,4
Nem relevante nem irrelevante	159	22,6
Relevante	280	39,7
Muito relevante	102	14,5

Sobre valorização das redes construídas no exterior existe uma maioria de emigrantes que considera ser uma dimensão muito relevante ou relevante aquando da reintegração no mercado de trabalho. Ainda assim, cerca de 20% é indiferente a esta dimensão.

Quadro 6.20 - Emigrantes por relevância das redes construídas no exterior

	N	%
<b>Total</b>	<b>705</b>	<b>100,0</b>
Nada relevante	37	5,2
Pouco relevante	83	11,8
Nem relevante nem irrelevante	147	20,9
Relevante	288	40,9
Muito relevante	150	21,3

## 6.7 Expectativas empreendedoras

No conjunto dos emigrantes que responderam sobre se consideram ter perfil de empreendedores, uma parte muito considerável (64%) respondeu de forma positiva (quadro 6.21). Dir-se-ia que emigrar já é, de alguma forma, um pequeno indicador desse perfil uma vez que, como sabemos, implica começar um novo projeto de vida e correr riscos. Mas pretendia-se que a perceção dessa característica estivesse associada à criação de um negócio.

Quadro 6.21 - Emigrantes portugueses, por perfil empreendedor

Perfil empreendedor	N	%
<b>Total</b>	<b>1.031</b>	<b>100,0</b>
Sim	661	64,1
Não	370	35,9

Relativamente ao cenário hipotético de os emigrantes desejarem vir a ter uma atividade empresarial em Portugal (quadro 6.22), a parte que responde afirmativamente desce ligeiramente (em relação às respostas sobre o perfil empreendedor) para 56,4%.

Quadro 6.22 - Emigrantes portugueses, por desejo de desenvolver uma atividade empresarial em Portugal

	N	%
<b>Total</b>	<b>1.032</b>	<b>100,0</b>
Sim	582	56,4
Não	450	43,6

Mais de metade dos emigrantes também refere que gostaria de investir num negócio em Portugal (quadro 6.23).

Quadro 6.23 - Emigrantes portugueses, por vontade em investir num negócio em Portugal

	N	%
<b>Total</b>	<b>1.032</b>	<b>100,0</b>
Sim	543	52,6
Não	489	47,4

Sobre a questão em que se pede aos inquiridos que concretizem esta expectativa num determinado período, verifica-se que o número de respostas desce consideravelmente, para pouco mais de metade. E apenas cerca de 8% dos inquiridos indica o próximo ano como o prazo expectável para materializar o investimento no negócio, enquanto mais de 70% protela essa ação para daqui a 3 ou mais anos.

Quadro 6.24 - Emigrantes portugueses, por prazo para realizar um negócio em Portugal

Quando gostaria de realizar esse negócio?	N	%
<b>Total</b>	<b>539</b>	<b>100,0</b>
No próximo ano	41	7,6
Nos próximos 1 a 2 anos	65	12,1
Nos próximos 3 a 5 anos	174	32,3
Daqui a mais de 5 anos	230	42,7
Só depois de reformado	29	5,4

Quando abordados os diversos critérios necessários para a criação de um negócio, como por exemplo ter uma boa ideia de negócio ou oportunidade, ou o ambiente socioeconómico do país, as respostas são muito diversificadas, não permitindo aferir qual o fator considerado mais relevante.

A boa ideia ou oportunidade de negócio é considerada muito importante para uma maioria muito relevante da amostra (68,3%) (quadro 6.25). É muito residual o contingente dos emigrantes que desconsidera este critério.

**Quadro 6.25** - Emigrantes portugueses, por importância atribuída a uma boa ideia de negócio ou oportunidade

	N	%
<b>Total</b>	<b>953</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	651	68,3
Importante	249	26,1
Pouco importante	15	1,6
Nada importante	5	0,5
Indiferente	33	3,5

Já no que se refere à relevância de “ter uma estratégia empresarial apropriada”, o nível de importância atribuído é mais baixo. Embora a maioria considere este fator muito importante, eleva-se a proporção dos que consideram esta dimensão apenas importante, (33,5%). Não deixa de ter que ser sublinhada a percepção da importância desta dimensão.

**Quadro 6.26** - Emigrantes portugueses, por importância atribuída a uma estratégia empresarial apropriada

	N	%
<b>Total</b>	<b>951</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	581	61,1
Importante	319	33,5
Pouco importante	14	1,5
Nada importante	2	0,2
Indiferente	35	3,7

No primeiro critério que remete para o ambiente externo ao negócio, os emigrantes que responderam já se distribuem mais pelos níveis de importância do que acontece no caso dos critérios anteriores. No nível “muito importante” situa-se cerca de 1/3 dos inquiridos e aumenta a percentagem dos que consideram esse fator “importante”. Deve ser assinalado que existe 10% de inquiridos que considera que a situação política e económica do país é pouco importante para a criação do negócio. Ainda assim, cerca de 84% considera importante e muito importante a situação política e económica do país.

**Quadro 6.27** – Emigrantes portugueses, por importância atribuída à situação política e económica do país

	N	%
<b>Total</b>	<b>951</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	316	33,2
Importante	489	51,4
Pouco importante	104	10,9
Nada importante	10	1,1
Indiferente	32	3,4

Para o conjunto dos inquiridos, tão importante como o critério da ideia de negócio, se tomados os dois níveis superiores de importância, é a disponibilidade de recursos económicos ou financeiros para a criação do projeto (quadro 6.28). Na totalidade, são cerca de 90% os inquiridos que o afirmam. Apenas 5% concede pouca importância a esta exigência na criação de um negócio.

**Quadro 6.28** – Emigrantes portugueses, por importância atribuída à disponibilidade de recursos económicos ou financeiros

	N	%
<b>Total</b>	<b>953</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	463	48,6
Importante	406	42,6
Pouco importante	49	5,1
Nada importante	6	0,6
Indiferente	29	3,0

O acesso ao financiamento tem uma distribuição muito semelhante à do critério anterior, se considerada a concentração da amostra nos níveis de importância e de muita importância. A leitura da maioria dos inquiridos poderá ter sido a de que, seja qual for a sua fonte (recursos próprios ou através de financiamento), os recursos financeiros são importantes para o negócio.

**Quadro 6.29** – Emigrantes portugueses, por Importância atribuída ao acesso a financiamento

	N	%
<b>Total</b>	<b>951</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	400	42,1
Importante	417	43,8
Pouco importante	92	9,7
Nada importante	11	1,2
Indiferente	31	3,3

Quanto aos resultados da pergunta que seleciona a categoria de emigrantes como agentes de empreendedorismo e lhes pergunta em que medida é importante que haja programas de incentivo para a criação de um negócio, os emigrantes já se distribuem mais pelas várias hipóteses de resposta: 30% atribui muita importância a este item, 40% atribui importância e há quase 20% que considera não serem importantes estes programas de incentivo (quadro 6.30). Ainda assim, e a partir da valoração dada, deduz-se que mais de metade da amostra contaria com este tipo de iniciativas na criação de um negócio.

**Quadro 6.30** – Emigrantes portugueses, por importância atribuída à existência de programas de incentivo ao empreendedorismo de emigrantes

	N	%
<b>Total</b>	<b>949</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	300	31,6
Importante	357	37,6
Pouco importante	179	18,9
Nada importante	48	5,1
Indiferente	65	6,8

Relativamente às competências para se ser empresário, especificamente, ao conhecimento ao nível das técnicas de gestão (quadro 6.31), uma grande maioria dos inquiridos considera importante ou muito importante este fator na criação de um negócio (85%). De referir que 10% de inquiridos afirma que se trata de um fator com pouca importância, eventualmente delegando essas responsabilidades em terceiros.

**Quadro 6.31** - Emigrantes portugueses, por importância atribuída ao conhecimento ao nível das técnicas de gestão

	N	%
<b>Total</b>	<b>950</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	242	25,5
Importante	560	58,9
Pouco importante	98	10,3
Nada importante	16	1,7
Indiferente	34	3,6

Na resposta à pergunta sobre os recursos humanos e sua qualificação, a distribuição das respostas é muito semelhante à do critério anterior. Ou seja, a elevada importância atribuída à disponibilidade de mão-de-obra qualificada para a criação de um negócio em Portugal concentra cerca de 30% de respostas e a de que é importante representa 54,7% (quadro 6.32).

**Quadro 6.32** - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à disponibilidade de mão de obra qualificada

	N	%
<b>Total</b>	<b>949</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	277	29,2
Importante	519	54,7
Pouco importante	109	11,5
Nada importante	10	1,1
Indiferente	34	3,6

A exigência de contactos prévios com instituições portuguesas é um critério tendencialmente menos valorizado do que os outros aspetos ou procedimentos necessários à criação de um negócio. Assim, observa-se que existe 1/3 de respondentes que dizem ser pouco importante que haja ligação anterior com instituições portuguesas e apenas cerca de 14% considera ser esta relação muito importante (quadro 6.33).

**Quadro 6.33** - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à existência de contactos prévios com instituições portuguesas

	N	%
<b>Total</b>	<b>951</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	132	13,9
Importante	371	39,0
Pouco importante	312	32,8
Nada importante	64	6,7
Indiferente	72	7,6

Novamente mais valorizado é o critério relativo à disponibilização de informação sobre oportunidades de financiamento, pois cerca de 77% dos inquiridos atribui importância à existência de informação sobre formas de obtenção de recursos financeiros para a criação de um negócio (quadro 6.34). Ainda assim, 14% dos respondentes afirma ser pouco importante esta informação (eventualmente, os que consideram que os projetos empresariais devem ser erguidos apenas com capitais próprios).

**Quadro 6.34** - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à existência de informação sobre oportunidades de financiamento

	N	%
<b>Total</b>	<b>948</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	266	28,1
Importante	471	49,7
Pouco importante	134	14,1
Nada importante	30	3,2
Indiferente	47	5,0

A disponibilidade de instalações adequadas é um critério que é globalmente valorizado, embora não ao nível mais elevado de importância, pois apenas 18% dos respondentes se posiciona nessa categoria. Eventualmente, por hoje em dia também ser possível ter projetos empresariais apenas *online*, e a pergunta sugerir a existência física do projeto, a tendência dos inquiridos foi para se colocarem mais entre o “importante” (51%) e o “pouco importante” (22,3%).

Quadro 6.35 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à disponibilidade de instalações adequadas

	N	%
<b>Total</b>	<b>946</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	168	17,8
Importante	482	51,0
Pouco importante	211	22,3
Nada importante	41	4,3
Indiferente	44	4,7

Por último, é importante (25,3%) ou muito importante (67%) haver mercado para o escoamento do produto ou serviço, como revela a opinião da esmagadora maioria dos respondentes (quadro 6.36).

Quadro 6.36 - Emigrantes portugueses, por importância atribuída à existência de mercado para o produto/serviço

	N	%
<b>Total</b>	<b>949</b>	<b>100,0</b>
Muito importante	636	67,0
Importante	240	25,3
Pouco importante	39	4,1
Nada importante	6	0,6
Indiferente	28	3,0

## 6.8 Alguns apontamentos finais sobre o regresso e o empreendedorismo

Uma perspetiva que resume, de alguma forma, o que, neste trabalho, encontramos como tendência relativamente à combinação entre o empreendedorismo e o regresso transparece no primeiro comentário, transcrito em baixo, colocado no espaço para comentários do inquérito.

*A única forma de regressar a Portugal será definitivamente para ter o meu próprio negócio. As empresas portuguesas são “castradoras” para pessoas que têm uma postura diferente em relação ao trabalho, horário de trabalho, licenças sem vencimento. Salário nem se fala... Em 5 anos fora poupei dinheiro que nunca na minha vida pude imaginar poupar depois de 10 anos a trabalhar em Portugal... Voltar? Ou para trabalhar para mim ou para ir umas semanas para rever a família.*

A baixa remuneração do trabalho em Portugal, que foi apontada já nos fatores impeditivos ao regresso, é referida como justificação para não se conseguirem fazer poupanças que permitem o investimento na criação de um negócio. A burocracia, ou a carga fiscal elevada são elementos que contribuem, também, para desincentivar a criação e manutenção de negócios.

Os incentivos à criação de negócios sugeridos orientam-se, em síntese, pelas deficiências apontadas pelos inquiridos e vão no sentido de fazer descer a carga fiscal, fornecer assessoria aos empreendedores (emigrantes) e remunerar bem os recursos humanos, além do acesso ao financiamento.

Destacam-se alguns exemplos:

*O empreendedorismo é visto muito à lupa dos apoios ao investimento, apoio ao empreendedor, etc. Da minha experiência, existe um fator chave no empreendedorismo: capacidade financeira e de poupar. Em Inglaterra o empreendedorismo é muito maior que em PT simplesmente porque as pessoas ganham bem, têm dinheiro guardado e não se importam de arriscar. Se não correr bem, voltam rapidamente onde estavam antes e recomeçam a poupar. Durante o primeiro ano de vida da empresa, não se paga VAT (IVA), etc.. Em Portugal ninguém consegue poupar. Achar que um jovem empreendedor se vai endividar no banco com um “apoio ao empreendedorismo e ao crédito para pequenas empresas” é um erro. Quem não tem dinheiro não arrisca, ou se arrisca vai a medo e não investe o que precisaria investir para o negócio vingar e como tal morre passado pouco tempo. A taxa de insolvências em PT é de cerca de 90%! Penso que o grande apoio teria que ser em reduzir o risco para o empreendedor, fazer com que não pague impostos durante os primeiros 2 anos ou até atingir certo patamar de lucro, ter um ponto central de aconselhamento e acompanhamento para quem tem menos experiência, ter um ponto de incentivo à internacionalização onde mentes com mais experiência possam aconselhar. Mas no fundo, tudo se resume ao medo de arriscar e capacidade financeira sem juros ou endividamento.*

*Taxas de juros ao ano muito reduzidas para empréstimos ou financiamentos; - Bónus no financiamento se o empreendedor atingir o ROI dentro do business plan proposto;- Assessoria contábil e financeira gratuita para os primeiros 12 meses (Incentivo do governo);- Apoio na estratégia de marketing e divulgação do negócio para os primeiros 12 meses;- Impostos reduzidos nos primeiros 12 meses para a contratação de mão-de-obra qualificada.*

*Reconhecimento justo das minhas competências. Existência de profissionais motivados. Possibilidade de remunerar os profissionais de forma justa, i.e., não remunerar abaixo do nível correspondente às suas formações. Projeto/ideia interessante. Apoio na divulgação do projeto/empresa por parte dos meios de comunicação.*

*Algum tipo de ajuda de curto prazo (i.e. 3-6 meses) para que o empreendedor tenha alguma fonte de rendimento no início do projeto. Capacidade de obtenção de financiamento com juros bonificados. Possibilidade de ajudas a fundo perdido até um certo valor. Melhor informação acerca dos diferentes aspetos do início de um projeto empresarial (obtenção de fundos, burocracia, etc.).*

É importante destacar que, além de referências ao acesso ao financiamento, surgem algumas indicações que sugerem que os emigrantes poderão não estar informados quanto ao apoio que o Estado já presta nas políticas ao empreendedorismo emigrante. Destacam-se alguns exemplos em baixo:

*Ajuda/formação técnica ao nível da gestão do negócio (contabilidade, fiscalidade, gestão financeira). Apoios fiscais ou financeiros no início da atividade.*

*Ajudas financeiras, assim como estudos de mercado para emigrantes dispostos a arrancar com o seu próprio negócio. Basicamente para “empresários pela primeira vez”.*

*Business support and business financing.*

*Mais do que financiamento, o apoio ao nível de Business Angels que auxiliem com know-how dentro das respetivas áreas de negócio.*

*Canais de disponibilidade de financiamento e acompanhamento de empreendedores por parte de organizações governamentais ligadas ao fomento de negócios.*

*Candidaturas a fundos para pessoas que queiram regressar a Portugal.*

*Incentivo ao retorno de profissionais altamente qualificados residentes no estrangeiro.*

*Incentivos aos emigrantes que querem investir no nosso país. Principalmente nas áreas do imobiliário, turismo e restauração.*

No mesmo sentido do desconhecimento, é mencionada a necessidade de um incentivo que já existe, como veremos nos pontos seguintes, que é o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora.

*Considero importante ter acesso a uma plataforma ou grupo de apoio para partilha de informação sobre aspetos relevantes do empreendedorismo, tais como: legislação; financiamento; gestão e marketing; formação específicas; estruturas comerciais existentes, para uma melhor integração.*

Há comentários que seguem a mesma linha do que já foi referido, mas que acrescentam referências a países que poderiam servir de exemplo a Portugal. E, a este respeito, são os países considerados mais ricos os utilizados como exemplos a seguir (países nórdicos, Holanda, Áustria...).

*Baixa de carga fiscal, mais justiça social, alteração profunda da mentalidade política, modernização do estilo de gestão pública e privada, erradicação da corrupção, transparência total nos processos públicos, mais apoio social do Estado - no fundo tornar Portugal mais parecido com os países nórdicos.*

*Diminuição da corrupção para níveis do norte da Europa. Um sistema judicial que funcione. Alguns anos sem défice no orçamento do estado.*

*Impostos ao nível da Holanda. Muito menos burocracia. Mais regularização por parte do estado, mas que não se intrometa.*

*O governo deveria seguir os passos da Áustria, que já conheço bastante bem. Aqui existem duas institui-*

*ções essenciais: a WKO (Camara de Comércio) e a AK (Camara do Trabalho). A WKO disponibiliza cursos a todos os empreendedores (que são obrigatórios de se ter aquando do fundar de uma empresa) que os ensina a colocarem-se no mercado, mostrando a importância da contabilidade, do design e publicidade e do estudo de mercado de vendas. Também têm escritórios por todo o mundo que podem ser usados por empresas austríacas para exportação (uso isto quase que diariamente, como sou agente de vendas internacional). Esta WKO, por exemplo, de Lisboa, tem uma enorme base de dados com contactos essenciais. Basta ligar para lá ou enviar um email e passado uma semana já tenho uma enorme lista de contactos de potenciais clientes para eu utilizar. Ganham as empresas e ganha o estado com as exportações. A AK é um departamento estatal que existe em quase todas as cidades que faz o trabalho de ponte entre o trabalhador e a empresa. Quase que um sindicato sem estar ligado a nenhuma visão política. Têm advogados a trabalhar de graça para a população. Se alguém tiver alguma queixa em relação a ordenados, a leis de emprego ou até problemas pessoais com outros trabalhadores, os advogados conseguem imediatamente ajudar e fazer pressão a empresas para resolverem imediatamente os assuntos. Três queixas são suficientes para que a AK possa legalmente fechar uma empresa.*

Também há comentários no sentido de reforçar a importância da existência de condições estruturais favoráveis em Portugal. Sem estas, não haverá incentivos que sejam suficientes e não se conseguirá que as ideias de negócio sejam bem-sucedidas, até porque, pelas razões indicadas logo no início deste trabalho, a população não tem capacidade financeira extra para ir além da satisfação das necessidades básicas essenciais.

*O futuro do país está hipotecado pelo menos por mais 30 anos.*

*Enquanto a situação económica do país, justiça e cultural empresarial continuarem a ser iguais às atuais, não existem, infelizmente, incentivos ou condições que cubram o risco de investir em Portugal.*

*Desenvolver um negócio em Portugal é uma questão académica. Todos os fatores na questão acima são importantes, mas a verdade é que na situação política e económica atual do país, abrir um negócio em Portugal é inviável porque a grande maioria da população continua desempregada ou empregada em condições precárias e exploradoras, ninguém tem rendimento extra para gastar em produtos e serviços que não sejam essenciais e os mais baratos possíveis, e tudo o que é micro e pequenas empresas e pequeno comércio fecharam as portas ou foram a falência. Nesse sentido, enquanto não sairmos “da crise”, nenhum programa ou apoio me traria a abrir loja em Portugal.*



## 7. Desafios futuros

Portugal registou, a partir de 2005, uma intensificação da emigração que produziu importantes impactos demográficos, sociais e económicos no país. Com a suavização da crise, existe a expectativa de um aumento dos movimentos de regresso a Portugal que poderão contribuir para o desenvolvimento demográfico e económico do país, devido aos investimentos que potencialmente poderão ser feitos e, também, à transferência de conhecimento acumulado durante o processo de residência no estrangeiro (*brain gain*).

O inquérito realizado no âmbito do projeto Empreender 2020, mostra que o regresso constitui uma possibilidade para uma parte substancial dos inquiridos, ainda que, para muitos, essa possibilidade não esteja claramente estruturada. Perante estes resultados é inevitável pensar na tese do mito do retorno e nas questões que se colocam nos processos de decisão e que formam “um concerto de temas a favor e contra a longínqua hipótese de um regresso sucessivamente adiado” (Monteiro, 1994: 28).

O regresso ou a permanência e as intenções que lhe estão subjacentes são projetos que vão sendo reconstruídos. Nas respostas obtidas quanto ao período previsível para o regresso, a maior tendência é para que este regresso não seja imediato.

O conjunto de respostas que empurram para longe o período previsível de regresso permite-nos aferir que uma parte importante dos inquiridos está a dizer-nos que não está preparada para regressar, exigindo esta preparação tempo, recursos e vontade da parte do migrante (Cassarino, 2004: 271). Dito de outro modo, existe um amplo espaço de trabalho para projetos que consigam mudar atitudes e perceções sobre o sucesso potencial de projetos de regresso.

Esta ênfase na vontade e preparação para regressar permite atribuir ao movimento de regresso um processo de mobilização de recursos diversos o que, necessariamente, requer tempo. Ou seja, os migrantes podem manifestar o seu desejo de regressar sem que estejam preparados para tal, na medida em que a tomada de decisão e o regresso dependem não só de condições micro localizadas e individuais, como de condições que se situam ao nível estrutural nas sociedades de origem e de destino, mas também das relações que se estabelecem, e estabeleceram, entre estas e o migrante (Cassarino, 2004: 272).

Os fatores que poderão influenciar o regresso são, sobretudo, de ordem pessoal, como o “estar próximo de família e amigos”, seguindo-se os fatores de ordem profissional (“oportunidades de carreira”, “rendimento a auferir em Portugal” e “oferta de emprego em Portugal”). Os fatores que, pelo contrário, funcionam como travões para o regresso, e que se aproximam dos motivos pelos quais os emigrantes saíram, situam-se num nível mais macro, relacionado com a profissão e com a economia do país (“poucas oportunidades de carreira”, “baixos salários na profissão” e “poucas oportunidades de emprego na área de experiência do inquirido”).

No conjunto dos emigrantes que responderam ao inquérito sobre se consideram ter perfil de empreendedores, uma importante proporção refere pensar ser empreendedor (ou ter potencial empreendedor). Dir-se-ia que emigrar já é, de alguma forma, um pequeno indicador desse perfil uma vez que, como sabemos, implica correr riscos. Este ‘espírito empreendedor’ não se traduz de forma linear no desejo de desenvolver uma atividade empresarial em Portugal, sendo a percentagem dos que se manifestam neste sentido ligeiramente inferior em à dos que se

consideram empreendedores.

Em síntese, as opiniões que os inquiridos expressaram no final do inquérito, reforçam a natureza necessariamente multivariada de qualquer programa de promoção do empreendedorismo por parte daqueles que se encontram, atualmente, a residir no exterior. O desenvolvimento destes programas terá de tomar em atenção não apenas as necessidades nacionais, mas também o fato de a avaliação das condições estruturais e conjunturais por parte dos emigrantes ter sempre como referencial o contexto em que estes residem num dado momento.

O país tem condições naturais e climatéricas que poderão, numa primeira fase, ser atrativas e servir de estímulo ao regresso e ao investimento dos emigrantes em Portugal. No entanto, estas terão de ser complementadas com condições financeiras e políticas que permitam ao emigrante avaliar positivamente o movimento de regresso. Em muitos casos, este regresso corresponde a uma transferência de uma realidade laboral e profissional estável e bem remunerada para uma realidade marcada pela incerteza e por um *downgrading* salarial e profissional.

8.

## 8. Referências bibliográficas

- Alves, J. F. (1994), *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tese de doutoramento.
- Afonso, Sofia Isabel Coelho (1997) "A segunda geração e o regresso - A geografia do actor de fronteira". Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Amaro, Rogério Roque (1985), "Ei-los que voltam: problemas e desafios do regresso dos emigrantes", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (15/16/17), pp. 351-373.
- Ammassari, S. e R. Black (2001) *Harnessing the Potential of Migration and Return to Promote Development. Applying Concepts to West Africa*, IOM Migration Research Series, 5. Genebra: International Organization for Migration.
- Ammassari, S. e R. Black (2001) *Harnessing the Potential of Migration and Return to Promote Development. Applying Concepts to West Africa*, IOM Migration Research Series, 5. Genebra: International Organization for Migration.
- Appleyard, R. T. (1962), "The return movement of United Kingdom migrants from Australia", *Population Studies*, 15(3), 214-225.
- Baganha, Maria (2009), "The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends", *International Migration*, 47, 3, 5-20.
- Baganha, Maria I. (1994), "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, XXIX, 128, 959-980.
- (1995), "Unbroken Links: Portuguese Emigration to the USA", in Robin Cohen (ed.), *The Cambridge Survey of world migration*, Cambridge, Cambridge University Press, 91-96.
- Baganha, Maria I. e Peixoto, João (1997), "Trends in the 90's: the portuguese migratory experience", in Maria I. Baganha (ed.), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta, 15-40
- Black, R. e Castaldo, A. (2009), "Return migration and entrepreneurship in Ghana and Côte d'Ivoire: The role of capital transfers", *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 100(1):44-58.
- Boccagni, Paolo e Francesca Lagomarsino (2011), "Migration and the global crisis: new prospects for return? The case of Ecuadorians in Europe", *Bulletin of Latin American Research*, 30(3), pp. 282-297.
- Bolognani, M. (2007) "The Myth of Return: Dismissal, Survival or Revival? A Bradford Example of Transnationalism as a Political Instrument", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33(1):59-76.

- Bovenkerk, Frank (1974), *The Sociology of Return Migration: a Bibliographic Essay*, Publications of the Research Group on European Migration Problems, 20. The Hague: Nijhoff.
- Cairns, David, João Sardinha, e Nina Clara Tiesler (2014), "Mapping the return migration research field", CIES e-Working Paper, n.º 197/2014.
- Carling, Jørgen e Marta Bivand Erdal (2014), "Return migration and transnationalism: how are the two connected?", *International Migration*, 52(6), pp. 2-12.
- Carling, Jørgen, et al. (2015), *Possibilities and Realities of Return Migration*, Oslo, Peace Research Institute Oslo.
- Carrilho, Maria José (1991) "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1964-1981: evolução global do continente português", in *Estudos Demográficos*, N.º 30, INE.
- Caro, Raquel, Mercedes Fernandez e Consuelo Valbuena (2016), "Predicting return intentions in Madrid", *Migration Letters*, 13(1), pp. 116-130.
- Cassarino, J.-P. (2004), "Theorising Return Migration: The Conceptual Approach to Return Migrants Revisited", *International Journal on Multicultural Studies*, 6(2):162-188.
- Cassarino, J.-P. (2013) "Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno", *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 41, pp. 21-54.
- Cónim, Custódio (1984) "O Retorno dos emigrantes: estimativa e previsão para 1990", in *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional*, IDE.
- Correia, Gabriela Martins (2015), "Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal", *Revista Migrações*, Outubro 2015, n.º 12, Lisboa: ACM, pp. 39-67.
- De Haas, H., T. Fokkema, M. Fassi Fihri, (2015). "Return migration as failure or success? The determinants of return migration intentions among Moroccan migrants in Europe", *Journal of International Migration and Integration*, 16 (2), pp. 415-429.
- Delicado, A. (2010), "O retorno dos 'cérebros': regresso e reintegração dos investigadores portugueses em mobilidade", *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 5 (15), pp. 185-218.
- Dustmann, Christian, e Yoram Weiss (2007), Return migration: theory and empirical evidence from the UK, *British Journal of Industrial Relations*, 45(2), pp. 236-256.
- Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.
- Ferreira, Eduardo de Sousa (1976), *Origens e Formas da Emigração*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Fontes, Margarida (2007), "Scientific mobility policies: how Portuguese scientists envisage the return home", *Science and Public Policy*, 34(4), pp. 284-298.
- Gmelch, George (1980), "Return migration", *Annual Review of Anthropology*, 9, pp. 135-159.

- Góis, Pedro e Marques, José Carlos (2009), "Portugal as a semiperipheral country in the global migration system", *International Migration*, 47, 3, 19-50.
- Gomes, Rui Machafo e outros (2015) Fuga de cérebros. Retratos da emigração portuguesa qualificada, Bertrand, Lisboa.
- Guerreiro, José (1981), "Análise tendencial da emigração portuguesa nos últimos anos", *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 1-2, 31-69.
- Güngör, Nil Demet e Aysıt Tansel (2008), "Brain drain from Turkey: an investigation of students' return intentions", *Applied Economics*, 40(23), pp. 3069-3087.
- Güngör, Nil Demet e Aysıt Tansel (2014), "Brain Drain from Turkey: Return Intentions of Skilled Migrants", *International Migration*, 52(5) pp. 208-226.
- Gurak, Douglas T., e Fe Caces (1992), "Migration, networks and the shaping of migration systems", em M. M. Kritz, Lin Lean Lim e H. Zlotnik (orgs.), *International Migration Systems. A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press, pp. 150-176.
- Harris, John Harris, e Michael P. Todaro (1970), "Migration, unemployment and development: a two-sector analysis", *The American Economic Review*, 60 (1), pp. 126-142.
- King, Russel (1977), "Problems of return migration: case study of Italians returning from Britain", *Tijdschr. Voor*, 68(4), pp. 241-245.
- King, Russel e Anastasia Christou (2011), "Of counter-diaspora and reverse transnationalism: return mobilities to and from ancestral homeland", *Mobilities*, 6(4), pp. 451-466.
- Koikkalainen, Saara, Ritva Lannakangas e Asko Suikkanen (2016), "Does international migration pay off?", *Nordic Journal of Working Life Studies*, 6(4), pp. 49-66.
- Mármora, Lelio (2002), *Las Políticas de Migraciones Internacionales*, Buenos Aires, Paidós.
- Marques, José Carlos (2008), *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- (2009), "'E Continuam a Partir': As Migrações Portuguesas Contemporâneas", *Ler História*, 56, 27-44.
- Marques, José Carlos e Góis, Pedro (2012), "A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa", *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 24, 213-231.
- (2013), "Dinâmicas do sistema migratório lusófono: um olhar a partir das migrações portuguesas", in Lucinda Fonseca, et al. (eds.), *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*, Coimbra, Almedina, 185-203.
- Massey, Douglas, Joaquin Arango, Graeme Hugo, Ali Kouauci, Adela Pellegrino e J. Edward Taylor (1993), "Theories of international migration: a review and appraisal", *Population and Development Review*, 19 (3), pp. 431-466.

Monteiro, Paulo Filipe (1994), *Emigração. O Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta Editora.

Neto, F. (2010), "Re-acculturation attitudes among adolescents from returned Portuguese immigrant families", *International Journal of Intercultural Relations*, 34 (3), pp. 221-232.

OCDE (2008), *International Migration Outlook*, SOPEMI 2008.

Oliveira, Isabel Tiago, Pedro Candeias, João Peixoto, Joana Azevedo e Jorge Macaísta Malheiros (2006), Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI, *Sociologia Problemas e Práticas*, 81, pp. 11-35.

Peixoto, João (1993), "Migrações e Mobilidade: As novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980", in Maria Beatriz Silva, et al. (eds.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, 278-307.

Peixoto, João e outros (2016), *Regresso ao Futuro - a Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva.

Peixoto, João e outros (2017) *Migrações e sustentabilidade demográfica*, FFMS, Lisboa.

Pereira, Cláudia, Nuno Pinto, Rui Pena Pires. 2015. "Portuguese nurses in the UK 2014 / Enfermeiros portugueses no Reino Unido 2014". OEm Fact Sheets. 3: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Peterson, William (1958), "A general typology of migration", *American Sociological Review*, 23 (3), pp. 256-266.

Piore, Michael (1979), *Birds of Passage. Migrant Workers and Industrial Society*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras, Celta.

Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo e Ana Cristina Ribeiro (2014), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, e DGACCP.

Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Espírito Santo e Inês Vidigal (2016), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2016*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Pires, Rui Pena, Fernando Luís Machado, João Peixoto, e Maria João Vaz (2010), *Portugal. Atlas das Migrações Internacionais*, Lisboa, Tinta-da-China e Fundação Calouste Gulbenkian.

Poinard, Michel (1983a), "Emigrantes portugueses: o regresso", *Análise Social*, XIX (75), pp. 29-56.

Poinard, Michel (1983b), "Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa", *Análise Social*, XIX (76), pp. 261-296.

Portes, Alejandro (2003), "Conclusion: theoretical convergences and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism", *International Migration Review*, 37(3), pp. 874-892.

Portes, Alejandro, Luis E. Guarnizo e Patricia Landolt (1999), "The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field", *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), pp. 217-237.

- Rato, Helena (2001), "O retorno dos emigrantes", *Janus – Anuário de Relações Exteriores*, 2001, pp. 164-165.
- Ravenstein, E. G. (1885), "The laws of migration", *Journal of the Statistical Society of London*, 48 (2), pp. 167-235.
- Sardinha, João (2008) "Even If the Only Thing for Me to Do Here Was to Milk Cows": Portuguese Emigrant Descendant Returnees from Canada Narrate Pre-return Desires and Motivations. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies* 17(3), 316-339. University of Toronto Press. Retrieved July 26, 2017, from Project MUSE database.
- Sardinha, J. (2011a) 'Neither here nor there: Identity constructions, conceptions of "home" and the transnational lives of second generation Luso-Canadians and Luso-French in Portugal' in F. C. Fagundes, I. M. Blair, T. Alves and T. Cid (eds) *Storytelling the Portuguese Diaspora: Piecing Things Together*. New York: Peter Laing, pp. 153-174.
- Sardinha, J. (2011b) 'Portuguese-Canadian emigrant descendants in multicultural Canada: Ambiguous identity in a sure-footed nation or cultural awareness in an uncertain country?', *Journal of International Migration and Integration*, 12, 4, 371-389.
- Sardinha, J. (2011c) "'Returned" second-generation Portuguese-Canadians and Portuguese-French return motivations and sense of belonging', *Journal of Mediterranean Studies*, 20, 2, 231-254.
- Sardinha, J. (2012) 'Negociações identitárias dos luso-descendentes no Canadá através do futebol português e do hóquei no gelo canadiano' [Identity negotiations of Luso-descendents in Canada through Portuguese football and Canadian ice hockey], *Etnográfica*. 16, 1, 143-162.
- Serrão, Joel (1982), *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Silva, Manuela e outros (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Stark, Oded, e David E. Bloom (1985), "The new economics of labor migration", *American Economic Review Papers and Proceedings*, 75 (2), pp. 173-178.
- Taylor, J. Edward (1999), "The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process", *International Migration*, 37 (1), pp. 63-88.
- Thomas-Hope, Elizabeth (1999), "Return migration to Jamaica and its development potential", *International Migration*, 32(1), 183-207.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs (1998), *Recommendations on Statistics of International Migration - Revision 1*, Series M, No. 58.
- Waldinger, Roger e David Fitzgerald (2004), "Transnationalism in question", *American Journal of Sociology* 109 (5), pp. 1177-1195.
- Yahirun, Jenjira J. (2012), "Take me «home»: return migration among Germany's older immigrants", *International Migration* 52(4), pp. 231-254.

9.

## 9. Notas sobre os autores

### *Pedro Góis*

Sociólogo (Universidade de Coimbra, 1996), Mestre em Sociologia (Universidade de Coimbra, 2003) e Doutor em Sociologia (Sociologia da Cultura, do Conhecimento e da Comunicação) (Universidade de Coimbra, 2011). É atualmente Professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais.

### *José Carlos Marques*

Professor Adjunto com agregação do Instituto Politécnico de Leiria (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais) e investigador do CICS.NOVA.IPLeiria. Licenciado em Sociologia pela Universidade de Évora, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra e Agregado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

### *Ana Filipa Pinho*

Doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL, licenciada e mestre pela mesma universidade, e Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES-IUL. Entre outras publicações sobre migrações, é coautora do livro sobre a evolução da emigração portuguesa e da imigração estrangeira em Portugal: *Atlas das Migrações Internacionais* (2010). Coordenou a equipa do Observatório da Emigração no projeto Pobreza e Exclusão Social de Emigrantes Portugueses (DGACCP, ISS e CIES-IUL).

*10.*

## 9. Anexo

### Áreas de formação explicitadas pelos respondentes

Administração	Biologia (Ciências da Vida)
Administração comercial	Biologia Celular e Molecular
Administração/ Economia	Biologia Celular e Neurociências
Agricultura	Biologia Computacional
Agronomia	Biologia Marinha
Agronomia - especialização Proteção das Plantas	Biológica e Alimentar
Ambiente	Biomédica Science + Global Health
Anatomia Patológica	Biomedicina
Animação Sociocultural	Bioquímica
Antropologia	Bioquímica / Biologia Estrutural
Arqueologia	Bioquímica e Biotecnologia
Arqueologia / Gestão do Património Cultural	Bioquímica e Eng <sup>a</sup> biomédica
Arqueologia e Urbanismo	Bioquímica, Biologia estrutural
Arquitectura	Bioquímica/Biotecnologia
Arquitetura e Recuperação do Património	Biotecnologia
Arquitetura e Urbanismo	Business Inteligente and Analytics
Arquitetura Paisagista	Business Systems
Arte e Design	Cardiopneumologia
Artes	Ciência
Artes Digitais	Ciência da computação
Artes performativas e jornalismo	Ciência política
Artes visuais, música	Ciência Política- estudos europeus
Assessoria de gestão	Ciências
Assistente Social- mestrado-Mediação	Ciências Biológicas
Audiovisual	Ciências Biomédicas
Automação e Robótica	Ciências Biomédicas - Engenharia Biomédica
Aviação	Ciências da Comunicação
Bancário	Ciências da Saúde
Belas Artes (licenciatura) / C. da Comunicação (mestrado)	Ciências da Saúde - Microbiologia
Bioengenharia	Ciências do desporto
Biologia	Ciências do mar

Ciências e Tecnologias	Design de Comunicação
Ciências Farmacêuticas	Design de Moda
Ciências farmacêuticas / Economia da Saúde / Saúde pública	Design e Inovação
Ciências Geofísicas	Design e Marketing de Moda
Ciências Humanas, Engenharia, Gestão	Design Industrial
Ciências Naturais	Designer Gráfico
Ciências Naturais (Genética)	Direito
Ciências Sociais	Direito e Economia
Ciências Sociais e Desporto	Economia
Ciências Sociais e Humanas	Economia / Geografia
Ciências Veterinárias	Economia / Gestão
Cinema	Economia / Gestão de Sistemas de Informação
Cinema de Animação	Economia da Saúde
Cinema e vídeo	Economia e Administração de Negócios
Comercial	Economia e Finanças
Comércio internacional	Economia e Gestão
Computer Science	Economia, com pós-graduação em Marketing
Comunicação	Economia/ Política Social
Comunicação e cultura	Economia/Gestão
Comunicação e Marketing	Economia/Sociologia económica
Comunicação Empresarial	Educação
Comunicação Organizacional	Educação de Infância
Comunicação Social	Educação e Comunicação multimédia
Comunicação Social e Cultural	Educação Física
Comunicação Social e Cultural	Educação Social
Comunicação Visual	Eletricidade
Comunicação/Marketing	Eletricidade / Eletrónica
Conservação da Natureza	Eletrónica
Conservação e Restauro	Eletrónica e Telecomunicações
Conservação e Restauro de Pintura de Cavalete	Enfermagem
Construção civil	Eng <sup>a</sup> biotecnológica
Cozinha, Pastelaria e Padaria	Eng <sup>a</sup> Eletrotécnica e Computadores
Curadoria	Engenharia
Decoração	Engenharia Aeroespacial
Desenvolvimento e Cooperação Internacional	Engenharia Aeronáutica
Design	Engenharia Agrícola
Design Automóvel	Engenharia Agronómica

Engenharia Alimentar	Engenharia Química e Engenharia Industrial
Engenharia Ambiental	Engenharia Sanitária e Mestrado em Energia e Bioenergia
Engenharia Biológica	Engenharia Telecomunicações
Engenharia Biomédica	Engenharia, Biotecnologia
Engenharia Biotecnológica	Engenharia. Informática
Engenharia Cerâmica	Engenheira Agrônoma, doutoramento em Payolohia Vegetal
Engenharia Civil	Engenheiro de Manutenção de Aeronaves
Engenharia Civil e Arquitetura	Engenharia em sistemas de controlo
Engenharia Civil e Arquitetura. Enfermagem no estrangeiro	Ensino Básico Primeiro Ciclo
Engenharia Civil e Gestão	Ensino da Biologia e Geologia
Engenharia de Arquitetura	Ensino de Português como Língua Não Materna
Engenharia de Bioprocessos	Environmental chemistry and health
Engenharia de Materiais	Epidemiologia
Engenharia de Produção	Estudos da Paz e do Conflito
Engenharia de Sistemas e Informática	Estudos Europeus
Engenharia de Software	Farmácia
Engenharia de Som	Farmacologia e Toxicologia
Engenharia de Telecomunicações	Fashion & Experience Management
Engenharia de Telecomunicações	Filosofia
Engenharia do Ambiente	Finanças
Engenharia do Ambiente / Gestão de Informação	Física
Engenharia e Gestão	Física Médica
Engenharia e Gestão Industrial	Fisioterapia
Engenharia Eletrónica	Fotografia
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	Genética
Engenharia Eletrotécnica	Genética e melhoramento animal
Engenharia Eletrotécnica e de Computadores	Geofísica
Engenharia Física	Geografia
Engenharia Física Tecnológica	Geografia Económica
Engenharia Geológica	Geografia Humana
Engenharia Industrial e Gestão	Geologia
Engenharia Informática	Geologia Marinha e do Petróleo
Engenharia Informática + MBA	Gestão
Engenharia Informática e de Computadores	Gestão hoteleira
Engenharia Mecânica	Gestão - Comportamento Organizacional e Recursos Humanos
Engenharia Naval	Gestão Cultural
Engenharia Química	Gestão Cultural/Antropologia

Gestão da inovação	Jornalismo
Gestão de Empresas	Jornalismo / Assessoria
Gestão de Empresas / Economia	jurídica
Gestão de Empresas âmbito retail fashion and retail experien	Jurista
Gestão de Projetos	Letras
Gestão de Recursos Humanos	Letras, Línguas e Literaturas modernas
Gestão e Administração de Empresas	Licenciatura em Enfermagem
Gestão e Bioinformática	licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas
Gestão e Engenharia industrial	Licenciatura em Serviço social e Bacharelato em enfermagem
Gestão e Marketing	Línguas
Gestão e Recuperação de Espaços Verdes	Línguas - Tradução
Gestão Empresarial	Línguas e Comercio
Gestão Financeira	Línguas e Linguística
Gestão Hoteleira	Línguas e Literatura
Gestão Hoteleira e Turística	Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa
Gestão Internacional	Línguas e Literaturas modernas
Gestão Turística	Línguas e Literaturas modernas - Variante de Inglês e Alemã
Gestão/Marketing	Línguas Estrangeiras Ensino
Herbalismo/ Herbal medicine	Literatura Infantil (mestrado)
História	Logística e supply chain management
História - Arqueologia	Marketing
História da Arte	Marketing e Ciência política
Hotelaria	Marketing e Comunicação
Humanidades	Marketing empresarial
Humanidades com PG em Educação	Marketing/Publicidade
Imagem e Comunicação	Matemática
Imunologia	Matemática Aplicada/Física/Astronomia
informática	Matemática e Ciências da Computação
Informática	Matemática e Estatística
Informática e Gestão	Mecânica
Informática/Ciência da Computação	Medicina
Informática/Matemáticas Aplicadas	Medicina Dentária
Engenharia	Medicina Dentária e Administração e Business
International Business Studies	Medicina Veterinária
IT	Medicina Veterinária - Microbiologia
IT Management	Meio Ambiente
IT/ Gestão	Mestrado 2008 eng. Ambiente e 2012 mestrado radioprote

Microbiologia	Saúde Ambiental
Multimédia	Saúde Pública
Museologia e curadoria	Segurança e Higiene no trabalho
Música	Segurança Informática
Música Antiga	Seguros
Música e Ensino	Serralharia Civil
Neurociências	Serviço Social
Novas Tecnologias da Comunicação	Sistemas de Informação
Novas Tecnologias da Informação	Sistemas de Informação Geográfica
Nutrição	Sociologia
Oncologia	Sociologia & Criminologia
Organização e Gestão	Sociologia Urbana
Ortóptica	Sociologia, Ciência Política e Migrações Internacionais
Parasitologia molecular	Software development
Património Cultural	Som e imagem - Especializado em animação por computador
Physics - Astronomy & Astrophysics	Teatro e Cinema
Psicologia	Técnica de análises Laboratoriais
Planeamento Regional e Urbano e Turismo	Técnica de Radiologia
Podologia	Técnico
Proteção Civil	Técnico de Informática
Psicologia	Técnico de saúde- Cardiopneumologista
Psicologia Clínica	Tecnologia
Psicologia Clínica e Arquitetura de Sistemas	Tecnologias de Informação
Psicologia e Gestão	Telecomunicações
Psicologia Organizacional	Terapia da Fala
Psicologia/Gestão	Terapia Ocupacional
Qualidade, Ambiente e Segurança	Tradução
Química	Tradução Chinês/Português
Química Aplicada	Tradução e Interpretação de Conferência
Química Aplicada / Engenharia Química	Turismo
Química Física	Turismo / Gestão Hoteleira
Radioterapia	Turismo e Lazer
Recursos Humanos	Turismo, lazer e património
Relações Internacionais	Urbanismo
Relações Internacionais e Marketing	Urbanismo e Ordenamento do Território
Relações Internacionais/ Gestão Cultural	Veterinária
Saúde	





Promotor:



Parceiros:



Cofinanciado por:

